

EM TEMPO

Quinzenário Nacional • Nº 128 • ANO IV • 14 a 27 de maio de 1981 • Cr\$ 40,00

• Sete perguntas ao
I Exército. Pág. 2

• PT não apoia
Figueiredo Pág. 3

Descobertos os responsáveis do

TERROR



SÓ FALTAM OS CHEFES

França

Socialistas no governo

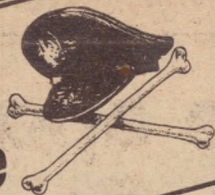
Pág. 20

Fiat/Rio

Vitória contra desemprego

Pág. 10

Terror impune



Sete perguntas ao Primeiro Exército

Há duas certezas no episódio do Rio-Centro, quando a explosão de uma bomba no interior de um Puma vitimou o sargento Guilherme Pereira do Rosário e feriu gravemente o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro. A primeira, evidenciada por um sem número de circunstâncias reconstituídas: os militares estavam envolvidos em uma ação terrorista fracassada por causa de uma detonação acidental (ver abaixo). A segunda: eles estavam no Rio-Centro a serviço, cumprindo uma missão decidida e planejada pela 2ª Seção do Estado-Maior do I Exército e determinada por nota de serviço assinada de próprio punho pelo comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho.

A partir daí duas possibilidades se colocam. Uma delas, já aventada na maioria dos órgãos da imprensa e por algumas personalidades: os dois militares estariam praticando uma ação não prevista nas funções que lhes

foram oficialmente determinadas para aquela noite, obedecendo a um comando terrorista, paralelo à hierarquia do I Exército. Nesta versão, a atitude do general Marcondes atribuindo prontamente o ocorrido a um atentado de esquerda e fazendo enterrar com honras militares o sargento Rosário seria motivada por uma confiança pessoal sincera, mas equivocada em seus subordinados e na instituição.

A segunda possibilidade, bem mais grave, foi silenciada pela grande imprensa. Não sem motivos: ela envolveria diretamente o comando do I Exército no planejamento de um atentado que poderia ser fatal para muitas das 20 mil pessoas que se aglomeravam no show do Rio-Centro, além de ter profundas consequências para a estabilidade política do país.

EM TEMPO apresenta sete perguntas que reclamam o esclarecimento das relações entre o I Exército e o atentado.

1 Uma pessoa que prestou socorro ao capitão, imediatamente após a explosão, revelou à imprensa que este lhe perguntou: "onde está meu amigo? Chame o Sousa Pinto". De acordo com um dos médicos que fazia plantão no hospital Miguel Couto, um homem que dizia ser do DOI-CODI e chamar-se Silva Pinto esteve lá durante a madrugada com o objetivo de conseguir a transferência do capitão Wilson para o hospital do Exército. Quem é este agente do DOI-CODI? Existe no I Exército um tenente-coronel da arma da Engenharia, Antonio Carlos de Sousa Pinto, que é qualificado como especialista em armamentos. São a mesma pessoa?

2 Segundo testemunho de várias pessoas, ocupantes de quatro carros fugiram apressadamente do local, logo após a explosão da bomba, sendo identificados pelo agente de segurança do Riocentro com carteiras de funcionários do Ministério do Exército.

Quem são estes funcionários do Exército? Se estavam também a serviço por que não prestaram socorro ao capitão ferido? Ou será que também estavam envolvidos em uma ação terrorista e fugiram para não serem reconhecidos?

3 Se o capitão estivesse envolvido em uma ação de comando paralelo e estava consciente quando foi transportado para o hospital, era previsível que ele assumisse um dos dois comportamentos: ou procuraria esconder de todos que fora ferido pela explosão de uma bomba, buscando contacto com outros membros do comando paralelo; ou assumiria a versão de que fora vítima de um atentado, tanto para os que o socorreram como para seus superiores. No entanto, ele não fez nada disso: mentiu quando foi necessário registrar a ocorrência no hospital Miguel Couto afirmando que fora vítima da explosão do motor de seu carro e que estava sozinho, além de não revelar a sua condição militar.

Respondendo, porém, à solicitação dos que o socorreram, indicou um telefone que era o do Comando do I Exército. Por que o capitão ocultou o ocorrido dos que o socorreram mas desejou se comunicar com o comando do I Exército?

4 A utilização de carros não oficiais pelos militares, presumivelmente cumprindo funções como agentes de informação, se explica pelo desejo de serem confundidos com civis. Para que, entretanto, os militares utilizavam um carro com chapa fria?

5 Sabe-se por depoimento próprio que o chefe de segurança do Riocentro pediu um reforço de policiamento para a PM em requerimento protocolado. O comando da PM carioca recusou o policiamento, alegando que o Riocentro é entidade particular. Por que a PM agiu assim desta vez, se no ano passado o mesmo show havia merecido o policiamento oficial da PM?

6 As bombas encontradas no interior do Puma eram semelhantes àquelas achadas na Tribuna da Imprensa, mas que não chegaram a explodir. Além disso, sabe-se que várias redações de jornais receberam telefonemas de um certo Comando Delta decidido a "acabar com a manifestação subversiva que estava sendo realizada no Riocentro". Qual a relação desse atentado fracassado com os outros atentados que sacudiram a cidade do Rio de Janeiro?

7 No afã de dar veracidade à versão de que os militantes teriam sofrido um atentado, o General Muniz, secretário de Segurança Pública do Rio, chegou a reproduzir um diálogo entre o capitão e o sargento no interior do Puma, momentos antes da explosão. Perguntado sobre como teria sabido deste diálogo já que o sargento estava morto e o capitão ainda não tinha dado declarações, o secretário não soube responder. Por que este comportamento de uma autoridade que deveria estar interessada no esclarecimento dos fatos?



Às 21 horas e 7 minutos de quinta-feira, 30 de abril, os dois militares já estavam dentro do PUMA placa OT-0297 (placa real OT-4116). O sargento Rosário, no banco ao lado do motorista, de cabeça baixa, não respondeu ao cumprimento do dono do fusca que estacionou ao lado. Dentro do carro, ficaram por 18 minutos no mínimo, até o momento da explosão. Na parte de trás do PUMA, estavam duas bombas, mostradas por video-tape da TV-Globo, confirmado por 4 testemunhas, inclusive o detetive-inspetor Humberto Guimarães da DPPS do Rio. Elas não explodiram porque eram de pólvora, que só explode quando atingida diretamente e estavam protegidas pelos bancos e pelo corpo do sargento. (relato do comerciante João de Deus, o dono do fusca, e informes do perito Antonio Carlos Vilanova, de confiança da OAB).



"Deu tudo errado"

Esta frase foi ouvida pelo médico do Hospital Miguel Couto quando o Capitão Wilson Machado estava anestesiado.

EDITORIAL

Dupla chantagem

Após o malogrado atentado no Rio-Centro, o regime volta a colocar sua chantagem: pergunta ao povo se prefere apoiar Figueiredo, com sua Lei de Segurança Nacional, com seu "Estado forte", ou se prefere correr o risco de um golpe da extrema direita, e continuar a sofrer os seus atentados. Os partidos da oposição burguesa se apressaram a cair na armadilha, hipotecando a Figueiredo total solidariedade.

Para os trabalhadores, e para a oposição conseqüente, as coisas se colocam de modo totalmente diverso. Afirmamos que não haverá democracia se todo o aparelho de repressão montado nos anos mais negros da ditadura, e ainda não desativado, continuar a existir. Este aparelho policial é uma ameaça. O seu desmantelamento, a punição de todos os responsáveis pelos seus desmandos, torturas e assassinatos é a primeira condição para uma democracia real, que não esteja sujeita a uma chantagem permanente. Todos os que, como Figueiredo, acobertam ou apoiam este aparelho, não são possíveis aliados na defesa da democracia, mas claros adversários. Só podemos lutar pelo fim da ditadura, nunca pela sua ilusória reforma.

O caminho que a oposição deve trilhar diante dos atentados não foi apontado, assim, pelas cúpulas dos partidos que se reuniram com Figueiredo, mas pelas manifestações do Rio (ver box).

Mas os trabalhadores são colocados diante de uma outra chantagem, igual-

mente perigosa: os patrões perguntam se é melhor salvar o emprego aceitando uma redução salarial, ou perder o emprego e ficar na miséria total.

Para os trabalhadores, a questão se coloca de outra maneira. Não podemos aceitar alguma responsabilidade pela crise do capitalismo; não podemos assumir nenhum compromisso com a diminuição desta crise. Os patrões querem nos fazer pagar os custos da crise; respondemos que são eles que devem ficar com esses custos.

Diante dos ataques realizados pelos patrões e por seu Estado contra o nível de vida dos setores populares, temos de assumir a defesa deste nível de vida, tanto do emprego, como dos salários. E só é possível fazê-lo com luta, não há pacto que possa permitir harmonizar os interesses de patrões e empregados.

Este foi o sentido da já histórica votação no Volks.

Este é o sentido da proposta de preparar a greve geral, lançada no primeiro de maio em São Bernardo. Preparar a greve geral significa recusar a aceitação dos custos da crise do capitalismo, significa recusar o caminho da conciliação. Significa também que, para ser possível dobrar os patrões e o seu Estado, temos de contar com a força dos trabalhadores unidos. Para tornar a greve geral uma realidade, o movimento ainda terá de percorrer um caminho longo. Mas a direção já está indicada.

PT não apoia omissão

Enquanto em Brasília os políticos articulavam uma reunião de cúpula para apoiar Figueiredo, onde a palavra do PT foi cortada, nas ruas do Rio o povo exigia a punição dos terroristas, o fim dos DOI-CODI e a demissão dos generais Muniz e Gentil Marcondes.

Enquanto na imprensa se sucediam as informações evidenciando os objetivos criminosos dos dois militares envolvidos na explosão da bomba no Rio-Centro e em sintonia, a indignação crescia no país, em Brasília o tom era de conciliação. O discurso do deputado Chico Pinto, condenando a adesão dos oposicionistas à solidariedade irrestrita a Figueiredo, foi sufocado não apenas pela censura oficial da Câmara que não permitiu que o discurso constasse nas atas, como pela conciliação dos discursos das principais direções partidárias.

Ulisses Guimarães foi o principal articulador do encontro no dia 7, das lideranças partidárias com José Sarney, presidente do PDS, embora o presidente do PMDB tenha passado, no último momento, a sua condução para o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho. Foi este, aliás, quem abriu a reunião afirmando que o objetivo dela era fazer sentir ao presidente da República "não a gravidade da situação — que ele melhor do que ninguém conhece — mas a importância da sua atuação, da sua presença e a confiança nele". Ulisses, se referindo especificamente ao episódio do Riocentro, declarou sua solidariedade às autoridades — "inclusive ao Presidente da República", para que "com destemor, com energia, com a lealdade que devem a Nação intranquila exercitem seu dever de dar segurança ao país". Tancredo Neves se limitou a destacar a importância da reunião, enquanto Brizola em sua intervenção chegou a dizer, inclusive, que se convidado por Figueiredo a um

encontro não teria como negar. O tom diferente das intervenções de solidariedade e confiança em Figueiredo, foi dado pela intervenção de Lula que afirmou "não podemos dar solidariedade à omissão das autoridades, pois logo haverá outros atentados e até mesmo contra nós, para que não ocorram outros encontros".

Um gesto de Sarney para Barbosa Lima Sobrinho sugerindo que desse os trabalhos por concluídos, evitou ao final das declarações dos dirigentes partidários que Ayrton Soares (PT) e Odacyr Klein (PMDB), tendência popular) fizessem intervenções procurando tirar desdobramentos da reunião, no sentido de uma mobilização nacional contra o terror. Logo após, Ayrton Soares chegou a manifestar seu inconformismo, expressando o temor de que o encontro acabasse resultando num "cheque em branco" e correndo o risco de receber um "cheque sem fundo" de volta. Foi exatamente o que ocorreu nos dias posteriores: arrefecida a pressão sobre o governo, as apurações entraram num compasso mais lento ainda, e o Planalto capitalizou politicamente o apoio dos partidos de oposição em geral, como divulgou a grande imprensa.

No dia seguinte, cinco mil pessoas realizaram ato público e passeata no Rio, mostrando o caminho certo da luta contra o terror. "Chega de manter terrorista no poder", "um, dois, três, quatro, cinco mil, o povo agora exige a cabeça do Gentil" e "chega de omissão, o fim do DOI-CODI é o que exige a Nação" foram as exigências que o Rio, cansado de terror e de impunidade, ouviu, quase um ano após o brutal assassinato de Dona Lyda Monteiro.

A bomba explodiu dentro do carro porque a destruição é toda interna e o arremesso dos estilhaços de vidro é de fora para dentro. O carro estava em movimento não apenas pela posição em que foi encontrado-completamente fora da vaga, uma vez que se estivesse numa delas teria batido contra pelo menos um automóvel estacionado a seu lado, como também pelo fato de várias testemunhas o terem visto sair da vaga. A bomba não foi colocada no chão porque teria destruído as pernas dos militares, bem como deslocaria os bancos e arrebentaria o chão. A bomba não poderia ter sido jogada pela janela do Puma porque seria praticamente impossível alguém arremessar o petardo, de longe, e acertar a janela do Puma, um carro muito baixo. É impossível que alguém tenha se aproximado para jogar a bomba porque a explosão atingiu um raio de 100 metros em volta e teria certamente atingido esta pessoa. A hipótese dos militares terem achado a bomba é, por sua vez, maluca: qualquer militar sabe que não se desarma uma bomba em recintos fechados, dentro de um carro e muito menos com ele em movimento. (informes do perito Antonio Carlos Vilanova).



A bomba explodiu apoiada na coxa direita do sargento, segura pela sua mão esquerda, provavelmente quando era preparada para detonar. Estava apoiada na sua coxa direita porque a explosão mais violenta foi a da porta lateral direita arremessada a 100 metros, cortando-lhe o braço à altura do ante-braço. O braço esquerdo do sargento serviu de anteparo para a explosão e de certa forma protegeu o capitão, que foi atingido principalmente na altura do estômago e foi visto saindo do carro segurando as vísceras. A explosão pode ter ocorrido por defeito de fabricação da bomba ou por imperícia do sargento. (informes do perito Vilanova)

"Deu tudo errado"

**Terror
impune**



Rastro de impunidade

Denunciado, investigado, confessado, fotografado e até mesmo pego em flagrante, o terror continua impune.

Em setembro do ano passado, em Brasília, o ridículo: o coronel da reserva Waldemar Góes Filho foi descoberto disfarçado com perucas e barbas postiças rondando uma livraria que havia sido ameaçada de sofrer um atentado. Levado ao posto policial, o coronel acabou sendo liberado, mas a imprensa posteriormente o localizou. Sobre o incidente, o ministro Abi-Ackel apenas disse: "não sei e nada vi".

Em dezembro de 1979 o jornal Movimento publicou uma extensa reportagem na qual vários militares denunciavam o tenente-coronel José de Ribamar Zanith como o autor do sequestro de D. Adriano Hipólito, ocorrido alguns anos antes. Procurado para responder às acusações, o tenente-coronel Zamith recebeu a imprensa ao lado de um assessor de imprensa do Comando do I Exército. Este assessor apenas respondeu a imprensa que o I Exército nada tinha a dizer. Alguns dias após a publicação da reportagem a catedral de Nova Iguaçu foi abalada pela explosão de uma bomba, cuja autoria foi assumida pela Vanguarda de Caça aos Comunistas.

Após três atentados em menos de um ano contra a sucursal do Jornal Em Tempo em Minas, instaurou-se um inquérito para apuração. Um dos primeiros depoentes, o ex-agente do Cenimar (Centro de Informação da Marinha), Nelson Sarmiento — nomeou vários terroristas, todos eles ligados à história do golpe de 64 em Minas. O processo dos atentados ao EM TEMPO, primeiro episódio que foi alvo de um pronunciamento oficial de Figueiredo, não teve continuidade a partir daí.



O rosto do terror

Demonstrando ter uma coordenação nacional, o terrorismo incendiou um sem número de bancas em várias capitais do país quase levando a imprensa alternativa à bancarrota financeira. Durante as semanas em que os atentados se sucediam o governo não procedeu a nenhuma investigação séria além de não fornecer proteção policial aos jornalistas que se dispuseram a continuar vendendo os periódicos alternativos. Mais ao final do ano, em São Paulo, a partir de pistas eventuais de um jornalista, a imprensa chegou a dois responsáveis, André Rizzo e Mário Fontes, estudantes do Mackenzie e com ligações com os organismos de repressão. Não tiveram consequências as denúncias.

Em Belém, onde ocorreram vários atentados, o

terrorista arrependido Mário Franco revelou à imprensa os nomes de vários militares e agentes do DOPS participantes do terror organizado. Entre eles, José Barbosa (coronel da PM), o major Cabral e o major Holanda (Aeronáutica), João Batista Gama (ex-tenente do Exército). As denúncias feitas em 1980 não tiveram consequência alguma e este ano dois atentados à bancas ocorreram naquela capital.

Em pleno auge da escalada terrorista em 1980, veio a público uma denúncia acusando o general Milton Tavares (comandante do II Exército), Coelho Neto (comandante da IV Região Militar) e Antônio Bandeira (então comandante do III Exército) como os dirigentes de um suposto plano que visaria desestabilizar a "abertura".

O autor da denúncia foi o deputado Genival Tourinho (PDT-MG) que diz ter recebido estas informações de um ex-integrante dos organismos de repressão do governo. Os generais, conhecidos por suas posições de extrema-direita, continuam acima de qualquer suspeita. Já Tourinho, desde aquela época já sofreu um atentado, teve o seu carro danificado com o objetivo de causar um acidente que poderia ter sido fatal e atualmente responde a um processo baseado na Lei de Segurança Nacional que pode levá-lo até a dois anos de cadeia.

Tudo foi fotografado em seus detalhes: os personagens, as agressões. Nas fotos apareciam nítidas as figuras do major Carlos Carvalho (chefe do serviço reservado da PM), do tenente Celso Rapace, do tenente José Leonardo Melo e de inúmeros funcionários

da prefeitura de São Paulo. Não foram, porém, o bastante para evitar que o PDS paulista evitasse a incriminação no relatório da Comissão Especial de Inquérito que investigava as agressões sofridas por moradores da Freguesia do Ó durante uma promoção do governador Maluf.

Manobras, boicotes e ameaças praticados pelo partido do governo fizeram com que duas comissões parlamentares de inquérito — uma na Assembleia Legislativa Mineira e a outra atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados — não obtivessem maiores resultados. Da CPI de Minas, o que ficou foi um extenso e minucioso relatório dos partidos de oposição, que, após analisar a atitude do governo frente aos 40 atentados ocorridos no Estado, chegou à conclusão de "que o governo mineiro

tornou-se responsável por tudo o que o terrorismo fez e faz em Minas". Já a CPI da Câmara, bastante descharacterizada pela ação do PDS, demonstra suas limitações: os parlamentares da oposição na CPI sequer tiveram possibilidade de acesso às investigações do episódio no Rio-Centro.

"Neste relatório não há nem competência e nem seriedade". Desta forma categórica o ex-presidente da OAB, Seabra Fagundes, caracterizou o relatório da Polícia Federal depois de quase um ano de investigações sobre o assassinato de D. Lyda Monteiro. O relatório é tão omisso que deixa inclusive em aberto a origem ideológica dos autores do atentado, apesar de ele ter sido assumido pela Vanguarda de Caça aos Comunistas e de a polícia já ter preso, como principal suspeito, o direitista Ronald Watters. Com o recente atentado no Rio-Centro ruiu toda a esperança do governo de contentar a opinião pública nacional transformando Watters em bode expiatório da escalada terrorista.

Foi no caso Dallari que talvez tenha se tornado mais clara a relação de cumplicidade e conivência entre o governo e o terror. Sequestrado em abril do ano passado e levado para o DEOPS, agredido violentamente em junho, o jurista Dalmo Dallari perdeu, com a recusa do Deops em abrir o arquivo de seus policiais, a chance de identificar seus agressores. Sabia-se, inclusive, o nome do delegado do DEOPS que recebera Dallari quando de seu sequestro, delegado Edson Magnotti. Depois de se arrastar durante meses, o processo Dallari se esgotou sem conclusões, impedido de percorrer os caminhos que levavam ao porão do DEOPS paulista.

Houve um caso em que a polícia foi rápida e precisa em apurar um atentado. Foi mesmo efficientíssima, pois o "atentado" nem sequer chegou a se consumar. Trata-se do Prof. Davi Maximiliano, de Ouro Preto, em cuja casa a polícia "encontrou" bombas de alto teor explosivo, que ele utilizaria contra o presidente Figueiredo no dia 21 de abril do ano passado.

A polícia foi tão eficiente no se afã de encontrar provas e um culpado, que não se preocupou muito com a veracidade dos seus laudos ou com a coerência das suas testemunhas. Na pressa, fizeram a coisa tão mal feita que nem a própria Justiça Militar pôde

aceitar as provas. Depois de condenado a um ano de prisão pela Auditoria de Juiz de Fora e de cumprir dez meses, Davi foi libertado por decisão do Supremo Tribunal Militar por 10 votos a um, acatando a alegação de

insuficiência de provas apresentada pelo próprio relator.

Davi fora acusado de guardar em casa, debaixo do colchão onde dormia coma

mulher e um filho de seis meses, as bombas ali encontradas pela polícia. No entanto, durante o processo, o advogado de defesa demonstrou que a polícia estivera sem acompanhamento na casa de Davi durante várias horas, no dia 17 de abril, quando afirma ter encontrado as bombas.

Além disso, foi apontada por várias testemunhas uma pessoa de nome Flávio, que poderia ter colocado os explosivos. Apesar da insistência da defesa, Flávio não foi ouvido como testemunha no processo. A coisa chegou a tal ponto, que no julgamento do recurso, no último dia 8 de maio, o ministro Hélio Leite chegou a conclusão de que "houve crime, mas o culpado é outro".

Toda regra tem exceção?

**Terror
impune**



A guerra continua...

No dia 24 de agosto de 1978, nas paredes da sucursal do jornal EM TEMPO em Curitiba, a primeira indicação sólida das relações do terror com a tortura. Em resposta à publicação de uma lista de 233 torturadores, a sucursal depredada foi pixada com os dizeres: "CCC, ala os 233". Foi essa relação que explodiu, luminosa e clara como fogos de artifício, na noite do dia 30 de abril no Rio-Centro. O sargento Rosário, que carregava a bomba fatal em seu colo, além de funcionário há dez anos no DOI-CODI do I Exército, já foi condecorado com a Medalha do Pacificador por "atos de bravura e heroísmo na luta contra a subversão". (a mesma recebida por Sérgio Paranhos Fleury conhecido torturador, já falecido).

Um observador mais atento que se debruçasse sobre o organograma do I Exército tiraria mais conclusões ou, no mínimo, esboçaria novas hipóteses. Por exemplo: na 2ª seção do I Exército, onde serviam os dois militares (seção de informações) está também locado o tenente-coronel Zamith apontado como torturador e responsável direto por atos terroristas praticados em Nova Iguaçu, inclusive o seqüestro de D. Adriano Hipólito, em 1976. Ou também: nesta mesma seção está o coronel Cinelle que esteve diretamente envolvido em atividades de repressão. Veria ainda que no Comando do Forte Copacabana e 3º grupo de Artilharia da Costa subordinados ao I Exército, está o coronel Audir Santos Maciel que em 1975 era o chefe do DOI-CODI de São Paulo, ocasião em que lá se assassinaram Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho e em que se consumou o afastamento do general Ednardo D'Avilla Mello do comando do II Exército.

Nos porões, as sombras se cruzam

A esta altura, o nosso observador já estará algo aturdido, na iminência inclusive de começar a ver estrelas a sua frente. Principalmente se parte da convicção de que o terror, mesmo sendo praticado por militares em dia de serviço, é fruto da mente de insanos e é marginal à hierarquia do Exército.

Negar essa convicção não significa ir contra os indícios de que o grupo predominante no Exército se alinha com Figueiredo e repele hoje o terrorismo como arma política. Quer dizer, apenas, que se a realidade associa os autores do terror com os agentes da tortura, não há limites claros, precisos, entre o terror e o Exército como instituição. Isto por que a tortura, ao contrário do que pensam alguns, não foi algo marginal à vida do Exército, mas uma prática teorizada, instrumentalizada e legitimada por suas elites dirigentes.

Os DOI-CODI, por exemplo, são departamentos integrantes do Exército e subordinados ao seu comando regional em primeiro plano, e ao

**O mesmo Exército
que elevou torturadores
a heróis,
enterrou com honrarias
o terrorista
acidentado.**

**Apesar do General Figueiredo
afirmar e reafirmar que
estamos em tempos de paz,
outros Generais dizem
que a guerra contra
a subversão continua.
Continua valendo tudo
nesta guerra,
inclusive o terror?**

Serviço Nacional de Informações em último. Em cada um dos quatro Exércitos sediados no Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife, em cada região militar autônoma (Minas, Mato Grosso e Ceará), no Comando Militar do Planalto e no Comando Militar do Amazonas existem um CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e um ou mais DOIs (Destacamento de Operações e Informações). O CODI geralmente reúne todos os órgãos de informação da área (exceto os específicos das três armas), atendo-se mais aos papéis de coordenação e planejamento. No Rio, por exemplo, foram criados 4 DOIs, subordinados ao CODI da região.

Comandados sempre por um oficial superior até o posto de coronel, os CODI, criados em 1970 durante o governo Médici, vieram sedimentar e generalizar a experiência da Operação Bandeirantes, um dos órgãos de tradição mais tenebrosa e obscurantista da história do Exército. Pois bem: a OBAN, como é chamada, foi articulada pelo general Ernani Ayrosa que é nada mais nada menos que o chefe do Estado-Maior do Exército. Essa é a outra ponta da realidade: parte expressiva dos generais que estiveram ligados ao aparelho repressivo que torturou e matou ocupam hoje os postos mais importantes na hierarquia militar. O Ministro do Exército — General Walter Pires — e o comandante do IV Exército — General Florimar Campello foram diretores — gerais da Polícia Federal.

Torturar se for útil e a guerra exigir

Mais reveladora ainda foi a forma com que a Escola Superior de Guerra (ESG) — através da revista "Segurança e Desenvolvimento", no segundo semestre de 1968 — legitimou as torturas e outras práticas infames: "O princípio da necessidade justifica as medidas excepcionais, de caráter repressivo ou preventivo (obviamente diversas das comuns providências acauteladoras



Sargento Rosário: aceitou o terror e teve honras militares



Capitão Sérgio: recusou e foi punido

da ordem), adotadas pelos governantes na defesa do Estado ou da Nação quando se positivam ameaças, tentativas de subversão ou subversões baseadas em antagonismos ou pressões de origem interna, externa ou externo-interna. Tais medidas transpõem as regras que tutelam, em época normal, os direitos antes de tudo individuais, assegurados habitualmente pelos textos constitucionais e também pela Declaração Universal dos Direitos do Homem ou pelas leis ordinárias específicas". Isto é, vale tudo, se o objetivo é derrotar o inimigo.

Esse código de ética, transposto para a caserna tornou-se padrão de disciplina militar. É o que explica o fato de que o capitão Sergio Miranda, ex-comandante do Para-Sar (Serviço Aéreo de Resgates) tenha sido punido pelo AI-5 em 1969 (portanto, por decreto assinado pelo presidente da República) por não ter obedecido ordens do brigadeiro Burnier para dinamitar gasômetros e sequestrar líderes políticos das oposições.

Os tempos mudaram, dizem alguns. Mas, em geral, as ideologias não são capazes de acompanhar tão ligeiro as artimanhas políticas do governo que hoje não vê eficiência no uso da tortura e do terror, ao contrário daquela época quando era necessário arrancar confissões de prisioneiros obstinados e em tempo curto.

O sargento Rosário, por exemplo, não foi enterrado com honras militares? Não expressou o comandante do I Exército, através de notas que atribuíam a explosão a um "solerte atentado", a visão de que a guerra continua? Não foi esse o tom da maioria dos pronunciamentos dos comandantes de Exército nas comemorações do Dia da Vitória, a 8 de maio? Não disse, por exemplo, o comandante do III Exército que "o comunismo derrotado em 31 de março de 64, busca sustentar sua luta inglória, usando a infiltração solerte, a sedução de incautos, a violência assassina, a calúnia e a mentira"? Se a guerra continua, continua valendo tudo?

Os militares e a verdade

Nós estamos em guerra, coronel, e na guerra psicológica não importa se o que se divulga é verdade ou mentira, o que importa são os resultados obtidos". A frase é de um coronel do Centro de Informações do Exército em resposta a uma opinião do chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, coronel Octavio Costa, que opinara que relações públicas se faz divulgando a verdade. O contexto é um seminário militar durante o governo Médici e o relato foi feito por um general e está documentado no livro de Antonio Carlos Fon, "Tortura: a história da repressão política no Brasil".

Este argumento deve ter seguramente dado algum conforto moral aos comandantes de Exército que assinaram notas e mais notas de esclarecimento à população dando conta da morte de terroristas, sempre em situações de fuga ou de enfrentamento com os órgãos militares. Mais tarde, por depoimento e reconstituição de ex-presos políticos, a maioria dessas notas demonstraram o que eram: versões padronizadas de assassinatos políticos por tortura, cometidos nos porões do DOI-CODI. Deve igualmente ter consolado ao general Cerqueira Lima que presidiu o IPM (Inquérito Policial Militar) da morte de Wladimir Herzog concluindo pelo seu suicídio.

Hoje, a pergunta novamente se coloca: se os militares

soubessem do envolvimento de um colega, particularmente de um oficial, em atentados terroristas isto seria oficialmente reconhecido, mesmo trazendo inevitável desgaste para o Exército e para o governo?

A resposta a esta pergunta já está sendo construída. Um formidável aparato policial-militar protege o sigilo do próprio I Exército, isola o capitão sobrevivente de qualquer contacto com a imprensa, silencia e esconde testemunhas que, no primeiro momento, concederam depoimentos comprometedores para a versão de que os militares teriam sido vítimas de um atentado da esquerda. Visitada por oficial do I Exército, a Rede Globo desmentiu o vídeo-tape anteriormente exibido a milhões de pessoas, mostrando mais duas bombas no Puma, que não chegaram a explodir. O laudo oficial divulgado sequer faz menção a bombas, nem a que explodiu, alegando que o material não chegou às mãos do Instituto de Criminalística.

O laudo do IPM deverá sair no prazo de um mês após o dia da explosão. Mas nas paredes do DOI-CODI do Rio de Janeiro está escrita uma frase atribuída ao general Walter Pires, cujo conteúdo foi expresso nos manifestos dos Ministros Militares, quando das denúncias de torturas de Inês Etienne: "Enquanto eu for ministro, ninguém sentará no banco dos réus".

Onde está o partido revolucionário?

O recente manifesto do Movimento de Emancipação do Proletariado — MEP — mostrou mais uma vez que as discussões sobre a participação da esquerda dentro do PT devem se aprofundar.

Neste 1º de Maio, o jornal "Companheiro" publicou uma edição especial com um manifesto do "Movimento pela Emancipação do Proletariado", MEP. Nesta edição, duas coisas chamaram a atenção e merecem um comentário. A primeira, a afirmação de que o MEP é um "importante partido revolucionário que atua há vários anos no país". A segunda, a de que o PT "é a frente política em construção que une todo o povo trabalhador".

Juntando estas duas colocações, fica clara uma concepção sobre o partido revolucionário com a qual não podemos concordar.

Será o MEP hoje "um importante partido revolucionário"? Não o cremos. Essa organização, hoje, não tem uma influência importante sobre o movimento de massas — tem, no máximo, uma influência significativa sobre alguns setores do movimento de massas. Seria muito mais correto, portanto, dizer que o MEP é uma organização que luta para construir um partido revolucionário.

Esta questão, contudo, não é a mais importante. Poderíamos considerar que apenas usamos a palavra "partido" (e "importante") com um sentido diferente.

Mais grave é a segunda colocação: a de que o PT está em construção como "a frente política que une todo o povo trabalhador".

Esta afirmação, antes de mais nada, é um claro erro de fato. O PT não une hoje todo o povo trabalhador, e nem há a perspectiva de que venha a fazê-lo no curto prazo. Fora do PT estão, por exemplo, o PCB, o PC do B, o MR-8, que representam pelo menos uma parte do "povo trabalhador". Nada indica que estas correntes venham a se incorporar ao PT.

Além disso, todos sabemos que o PT, em todos os seus textos básicos, se define como um partido (em construção, naturalmente). Com qual critério o MEP no manifesto considerado, negaria ao PT o caráter de partido,

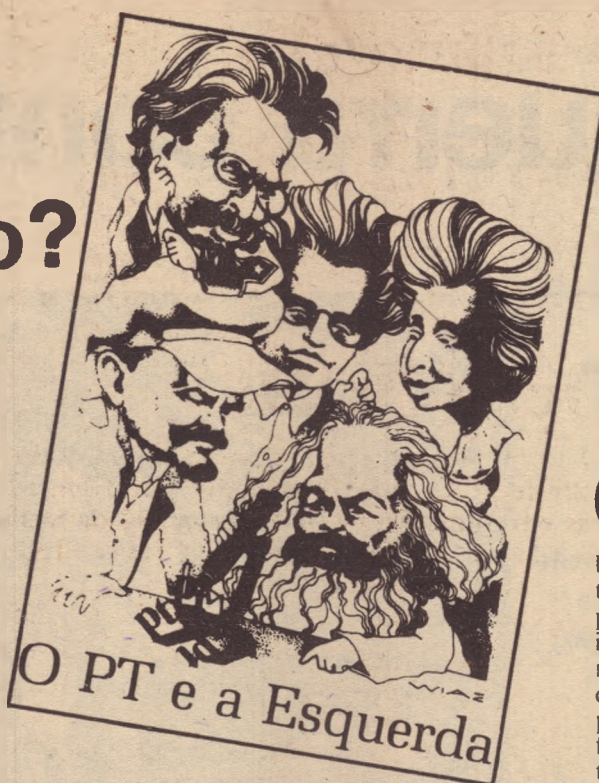
concedendo-lhe apenas o caráter de uma "frente política"? Negará a MEP que a imensa maioria dos militantes do PT participa do PT como de um partido, e não de uma frente (o que suporia que cada militante ingressaria antes em outro partido — o MEP, por exemplo — para depois através dele entrar para o PT)? Uma frente é pela própria natureza um acordo parcial e transitório, que pode se desfazer a qualquer mudança na conjuntura. Será este o entendimento que o MEP tem do PT?

Um erro importante

Achamos que este é um erro importante do MEP. É claro que se o PT não vier a se consolidar como um partido operário e de massas, isto representará uma derrota para o movimento operário. Não podemos ainda garantir que esta consolidação venha a ocorrer — mas não há nenhuma dúvida de que é neste sentido que devemos trabalhar.

Isto não significa que neguemos ao MEP ou a qualquer outra organização revolucionária o direito de participar do PT. De nenhuma maneira. O PT não é ainda um partido consolidado. E mesmo se consolidando, não poderá ter a curto prazo um programa revolucionário claro, sob pena de se estreitar. Só poderá ser um partido de massas com um programa revolucionário claro quando a classe operária brasileira tiver passado por experiências de lutas, que lhe elevem de modo decisivo o nível de politização.

O MEP (e outras correntes) têm todo o direito de se manterem enquanto organizações, com seu programa próprio, com seu funcionamento próprio, enquanto o PT não for um partido com um claro programa revolucionário, que atenda às exigências da revolução mundial. Mas o que não devem fazer é criar obstáculos à formação e ao funcionamento do PT enquanto partido,



Por João Machado

pois desta maneira estarão criando dificuldades para o avanço político da vanguarda operária brasileira, e para a influência desta vanguarda (que hoje milita no PT) nas lutas atuais. Cuidando para não fazer isto, as organizações revolucionárias que participam do PT poderão dar uma contribuição importante (e indispensável) para a construção do PT (o que algumas já fazem hoje).

Infelizmente, não é isto o que pensa o MEP, que já estabelece que o PT se constrói "como uma frente política". E como não vemos outra justificativa para esta concepção, parece-nos que a razão disto é que o MEP já se considera a si próprio como "o partido revolucionário" sem ser reconhecido como tal por setores significativos da classe operária brasileira. Erro de avaliação sectário que ele compartilha, então, com outras correntes na esquerda brasileira — os casos mais notórios sendo o PCB, o PC do B e o MR-8.

A Constituinte e o democratismo operário



Democratismo da classe operária e a Constituinte - PC do B, continuidade e ruptura - Exposição crítica da teoria revisionista do CME - Introdução à crítica do dogmatismo - A crítica das concepções economicistas de Stalin por Mao Tse Tung - Cristianismo e Socialismo - Nota sobre "Cristianismo e Socialismo"

Florestan Fernandes, Ronald Rocha e Décio Saes — intelectuais e analistas políticos — participam do debate de lançamento da revista Teoria e Política, no colégio Equipe, às 20 horas do dia 15 de maio próximo.

Princípios bem discutíveis

Está na praça mais uma revista que se propõe a marcar pontos decisivos no panorama ideológico da esquerda brasileira. E não será prá menos, a revista "Princípios" se lança a uma revalorização de Stálin.

Com o lançamento da revista Princípios seus editores — que são os mesmos do jornal "Tribuna da Luta Operária" — pretendem, sem dúvida, marcar pontos decisivos no panorama ideológico da esquerda brasileira. Com o nome de "Princípios", quiseram assinalar a firmeza da publicação em defendê-los. Tarefa mais que necessária: são muitos os que estão a violar os "princípios".

Os "revisionistas soviéticos", por exemplo, "adulteraram princípios imortais da ciência de Marx, Engels, Lênin e Stalin". Anos depois, vieram os eurocomunistas, "enterrados até o pescoço no atoleiro do oportunismo e da mais abjeta colaboração de classes". Depois, "também os chineses entraram em cena, arvorando o estandarte cor-de-rosa do pensamento Mao Tsetung, 'enriquecido' com as recentes contribuições de Deng Xiaoping e seu bando". Há ainda os "críticos burgueses e pequeno-burgueses do marxismo, fantasiados de restauradores de princípios revolucionários". Por fim, "de outra parte é preciso também ajustar contas com o reformismo, antiga e pertinaz tendência de fundo pequeno-burguês no movimento operário". Com tantos e tão poderosos inimigos, não espanta que o editorial de "Princípios" conclua que "não se pode dizer que o adversário tenha sido suficientemente desmascarado e suas idéias totalmente desacreditadas".

Para levar adiante a luta contra todos estes inimigos, "o grande programa que "Princípios" tem a realizar", o primeiro número conta com as contribuições de João Amazonas (o secretário geral do Partido Comunista do Brasil, PC do B), Stalin e Enver Hoxha (o dirigente da Albânia). Do primeiro, publica uma furi-bunda crítica a Nelson Levy (autor de um livro sobre "A Crise do Imperialismo e a Revolução" e de um artigo recente onde critica as posições do PC do B, em particular as da "facção" de João Amazonas). O título diz bem do caráter do artigo de Amazonas: "Teórico Marxista ou Diletante Liberal-Burguês?" De Stalin, a revista publica uma carta criticando Tito em 1948, julgada "de grande atualidade". E de Enver Hodja, uma resenha de seu livro "O Eurocomunismo é Anti-comunismo", que tem o sugestivo título de "O Novo Livro de Enver Hodja — Mais um Golpe Demolidor no Revisionismo Contemporâneo".

A revista tem ainda (apesar de todo o conteúdo dar a aparência



contrária), segundo seus editores, "a audácia do pensamento inovador". Como exemplo desta audácia, no primeiro número, encontramos o curioso conceito de "país revisionista".

O triste declínio do "stalinismo ortodoxo"

Com princípios tão firmes, saberá a corrente à qual se liga a revista "Princípios" se orientar sempre nas diversas conjunturas? Parece que não, infelizmente. Na Argentina temos tido um exemplo espantoso. Os seguidores do antigo maoísmo têm considerado que o país, mercê de suas relações privilegiadas com a URSS, transformou-se em algo como um "país revisionista" (não sabemos se lá esta caracterização é utilizada com tanta audácia como aqui). Diante disso, seria correto defender uma frente com a extrema direita nacionalista (fascista) contra agentes do revisionismo como Videla e Viola. Esta lastimável tática política chegou a ser levada à prática: um grupo de origem maoísta saudou uma tentativa de golpe liderado pelos generais Menendez e Suárez Mason, conhecidos cabeças da ultra direita.

A corrente "stalinista ortodoxa" no Brasil (por exemplo, o PC do B de Amazonas) não chegou a tais extremos (que em outros países não são raros). Mas nem por isto deixou de acompanhar o triste destino desta corrente política. Houve um tempo, na glória de Stalin, em que dominava o movimento operário mundial. Depois, quando Khrushchev lançou sua (tímida) crítica aos crimes de Stalin, os "duros" stalinistas se refugiaram na China de Mao. Depois da morte de Mao, e da ruptura da China e da Albânia, o bastião do socialismo ficou sendo a Albânia (e o Mao passou a ser um pequeno burguês cor-de-rosa). Em inúmeros países, esta corrente já deixou de existir, quando não ficou totalmente caricata.

A pobreza teórica da revista "Princípios" acompanha este declínio da corrente à qual se liga. A falta de grandes referências (como outrora a URSS de Stalin ou a China de Mao) é compensada com um apego cada vez mais doutrinarista a princípios cada vez mais discutíveis. "Princípios" que em nada ajuda a compreender o mundo real, mas que são uma maneira eficaz de fanatizar militantes desavisados.

(João Machado)

Novo salário mínimo Ministro faz o jogo da chantagem patronal

Ao justificar o decreto presidencial que reajustou os valores do salário mínimo a partir de 1º de maio, o ministro Murilo Macedo mentiu pelo menos uma vez, diminuiu os efeitos negativos da medida e aderiu abertamente ao coro da chantagem econômica contra os trabalhadores.

Por Juarez Guimarães

Assim, a política mudou, é claro, para pior.

Resta destacar o caso particular do interior da Bahia e de Pernambuco, onde o mínimo recebeu um reajuste de 15% acima do INPC, saltando da faixa de menor salário para a faixa intermediária. Com isso, o salário do interior desses estados igualou-se ao das capitais e deixaram de existir dois mínimos diferentes num mesmo estado brasileiro. A razão, porém, não é simplesmente técnica. Tanto os canaveiros de Pernambuco como os cacauzeiros da Bahia, principais "beneficia-

dos" com esta medida, estão organizados e já fizeram greves exigindo salários iguais aos da capital.

O coro de chantagem patronal

Não tem razão também o ministro em diminuir os efeitos negativos da não concessão dos 10% acima do INPC, como diz a lei salarial. Aqueles que recebem o salário mínimo da região centro-sul perderão mais de Cr\$ 3.100,00 por ano.

O mais importante, porém, é que toda a política salarial depende exatamente de faixas definidas a partir do maior salário

mínimo nacional e os reajustes são menores para salários mais altos. Se o mais alto mínimo nacional tem um reajuste menor, um trabalhador que de agora em diante estiver no limite das faixas salariais será reclassificado para a faixa seguinte e receberá um reajuste menor. Por exemplo, com o mínimo atual o limite da faixa salarial de um a três salários será 25.394,40. Se o salário tivesse tido um reajuste legal de 10% acima do INPC o limite seria 26.192,01. Portanto, quem receber menos de 26.192,01 e mais que 25.394,40 será reclassificado para a faixa de três a dez salários e receberá um reajuste menor, quando, na verdade, deveria continuar na faixa de um a três salários. O mesmo ocorrerá com os demais salários nos limites de outras faixas.

O ministro do Trabalho usou para justificar o reajuste abaixo do legal e do que era esperado, o velho e surrado argumento da situação financeira do país. O assessor econômico do ministério chegou mesmo a qualificar a medida como uma forma dos trabalhadores "darem sua contribuição no combate à inflação".

Não têm sido poucas as pressões empresariais para uma reforma na lei dos reajustes semestrais, taxada por alguns como a grande causadora da inflação. A fala de Murilo Macedo, por sua vez, se afina perfeitamente no coro da chantagem patronal que pretende reduções de salários através da ameaça do desemprego. Na prática, a lei dos reajustes semestrais com índices superiores ao INPC para quem recebe menos começou a ser posta abaixo.

OS NOVOS MÍNIMOS

REGIÃO	ATUAL Cr\$	REAJUSTADO Cr\$	VARIAÇÃO (%)
Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul e Goiás.	5.788,80	8.464,80	46,23
Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.	4.795,20	7.128,00	48,65
Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.	4.449,60	6.712,80	50,86
Bahia (2ª sub-região — Interior) e Pernambuco (2ª sub-região — Interior).	4.449,60	7.128,00	60,19



O mínimo ontem e hoje

Aqui, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) mostra que quanto mais o Brasil se industrializou, menor foi ficando o salário mínimo. A ponto de hoje ser quase cinco vezes menor do que o definido na própria Constituição.

O salário mínimo foi instituído no Brasil pela Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, mas somente no 1º de maio de 1940 é que foram fixados os valores do primeiro salário mínimo, que se tornaria obrigatório 60 dias depois.

Para São Paulo, o salário mínimo era de Cr\$ 0,22 (220 mil réis). Falar em 220 mil réis hoje é até engraçado, mas se a política de salário mínimo brasileira tivesse mantido o equivalente a

220 mil réis daquela época, o Brasil hoje não estaria com um dos menores salários mínimos da América Latina. Se ele fosse atualizado pelo custo de vida, que subiu mais de 5 milhões por cento de julho de 1940 até março de 1981, seria de Cr\$ 11.606,20.

Mas o primeiro salário mínimo não foi o maior, em termos reais, pago no Brasil até agora. Os maiores valores de salário mínimo foram os de agosto de 1956 (Cr\$ 16.539,32) e de janeiro de 1959 (Cr\$ 16.722,38). Estes valo-

res são maiores do que qualquer salário mínimo pago hoje na América Latina. Isso significa que, ao iniciar sua arrancada para a industrialização, no final dos anos 50, o Brasil tinha uma política de remuneração mínima superior à que existe hoje na América Latina. De lá pra cá, especialmente a partir de meados da década de 60, com a imposição do arrocho salarial, o salário brasileiro só veio diminuindo.

Há diversas leis e decretos que permitem o cálculo do "verdadeiro" salário mínimo. A Constituição Federal diz que o "mínimo" deve satisfazer as necessidades do trabalhador e de sua família. O decreto 399 por sua vez, estabelece que os gastos mínimos de um trabalhador com sua alimentação são determinados por uma "ração" essencial mínima, composta por treze alimentos básicos.

O custo dessa "ração", em março de 81, em São Paulo, se considerarmos uma família pequena, casal e dois filhos, era de

Cr\$ 13.079,88. Mas as despesas mensais de uma família não se restringem a alimentação. Há gastos com aluguel, transporte, vestuário, higiene etc. Considerando que os gastos com alimentação representam 48% da despesa total de uma família, sua remuneração mínima deveria ser, em março de 1981, de Cr\$ 27.193,10 (Vinte e sete mil, cento e noventa e três cruzeiros e dez centavos, ou seja 4,7 vezes mais que o salário mínimo que estava vigorando em março.

O Mínimo nosso de cada dia



Salário Mínimo e Jornada

Países	Salário atual (em cruzeiros)	jornada mensal	salário hipotético p/jornada de 48hs.
Argentina	13.688,62	46	14.262,91
Brasil	5.788,80	48	5.788,80
Chile	8.881,98	40	10.658,38
Colômbia	8.528,80	45	9.097,38
Equador	12.184,00	40	14.620,80
Panamá	9.549,21	44	10.417,32
Paraguai	13.749,31	40	16.499,17
Peru	4.316,94	40	5.180,33
Uruguai	10.192,12	44	11.116,49
Venezuela	15.938,37	48	15.938,37

Fonte: DIEESE

Sempre que os trabalhadores reivindicam um maior salário mínimo, a principal desculpa do governo é a situação financeira do país, a crise econômica, o subdesenvolvimento. Mais ainda, este ano o governo começa a unificar o salário mínimo de todas as regiões igualando por baixo, distribuindo a pobreza.

Aqui, EM TEMPO reproduz as principais partes do Balanço Anual do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas Sócio-Econômicas), onde se compara o salário mínimo brasileiro ao de 10 outros países latino-americanos. A conclusão: apesar de ter a terceira maior renda por pessoa, o Brasil é o campeão da carestia, e onde a hora de trabalho é mais mal remunerada.

PIB per capita e salário mínimo.

Países	População (em milhões)	PIB anual per capita (em dólares)	Salário Mínimo PIB mensal per capita
Argentina	26,9	2.086	1,03
Brasil	119,7	1.973	0,46
Chile	11,1	1.784	0,78
Colômbia	26,1	789	1,70
Equador	7,9	683	2,81
Panamá	1,9	1.526	0,99
Paraguai	3,1	742	2,91
Peru	17,8	1.006	0,67
Uruguai	2,9	1.759	0,91
Venezuela	14,0	2.464	1,02

Fonte: DIEESE

O menor salário por hora de trabalho

Salário mínimo é a menor remuneração paga aos trabalhadores legalmente registrados numa determinada região. Sua fixação pelo governo tem como objetivo principal impedir que os patrões, aproveitando-se da pequena organização dos assalariados, paguem salários abaixo do que é necessário para sobreviver. O salário mínimo, portanto, está ligado ao conceito de "mínimo necessário" para sobrevivência do trabalhador e sua família.

No Brasil, o atual salário mínimo não é capaz de cumprir a função prevista na Constituição Federal, que seria a de "satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades do trabalhador e sua família" (artigo 158, inciso I). Mas a legislação brasileira não prevê qualquer penalidade para o caso do governo não cumprir este artigo.

O DIEESE, durante o mês de março, pesquisou salários mínimos e preços em dez países da América Latina e verificou que os menores salários são o do Brasil e do Peru, como mostra o quadro. No Peru, no entanto, há medidas oficiais que elevam o seu valor. Assim, o trabalhador peruano recebe 15 salários por ano, e tem ainda as seguintes bonificações mensais: Cr\$ 761,50 de compensação pelo aumento do custo de vida; Cr\$ 1.218,40 a título de bonificação adicional e Cr\$ 304,60 como subsídio de despesas com transporte. O salário mínimo acrescido desses adicionais é de Cr\$ 6.601,44.

Além de estar bastante abaixo do aumento pago nos demais países da América Latina, o salário mínimo brasileiro é para 48 horas semanais de trabalho, jornada que só é seguida pela Venezuela, onde se paga o maior salário mínimo. Nos outros países, as jornadas variam de 40 a 46 horas semanais. Considerando a relação entre salário e jornada de trabalho, o salário mínimo brasileiro é ainda mais baixo, pois se nos outros países se trabalhassem 48 horas, os salários seriam maiores.

Os cálculos podem apresentar salários inferiores aos que seriam efetivamente pagos nestes países por 48 horas de trabalho, uma vez que não foi possível conhecer todas as legislações sobre horas-extra. Mesmo assim, usando a proporção simples, os dados demonstram claramente que a política brasileira de salário mínimo está bem abaixo do restante da América Latina: o brasileiro tem um dos mais baixos salários e ainda tem que trabalhar mais para conseguir este salário.

Nove horas de trabalho por 1 kg de carne

Para verificar o poder aquisitivo do salário mínimo na América Latina, a pesquisa do DIEESE incluiu o levantamento de três produtos básicos da alimentação: pão, leite e carne. Com isso foi possível saber, como mostra o quadro X, quantas horas um trabalhador de salário mínimo, em cada país, tem de trabalhar para comprar um quilo de pão, um litro de leite e um quilo de carne.

O custo de vida do trabalhador brasileiro é um dos mais altos da América Latina no que se refere a alimentos básicos. Em termos de salário mínimo, o pão e o leite apresentam seus segundos maiores custos no Brasil. O quilo de carne, para o trabalhador brasileiro é o terceiro maior custo, apesar dos dois países que têm preços relativos maiores que o Brasil (Chile e Peru) serem importadores de carne e o Brasil não.

Em outras palavras: a situação do trabalhador brasileiro, em termos de salário mínimo, é muito pior do que a dos demais latino-americanos, exceção feita ao Peru.

Preços dos alimentos em horas de trabalho.

Países	pão (1 kg)	leite (1 li)	carne (1 kg)
Argentina	1h54min	37min	6h41min
Brasil	2h12min	1h7min	9h49min
Chile	1h12min	38min	10h35min
Colômbia	2h46min	49min	5h31min
Equador	51min	29min	4h33min
Panamá	50min	40min	6h47min
Paraguai	1h12min	45min	3h24min
Peru	1h43min	1h27min	12h13min
Uruguai	57min	35min	3h41min
Venezuela	48min	40min	6h56min

Fonte: DIEESE

País rico, PIB alto, povo pobre

Para verificar a capacidade de pagamento de cada país, utiliza-se a relação entre salário mínimo e PIB per capita — Produto Interno Bruto por pessoas. O PIB per capita é uma medida do poder econômico de cada país. Ele representa o total de bens e serviços produzidos por um país em um ano. Para calcular o PIB, soma-se toda a produção anual do país, de feijão e automóveis, acrescentando-se os valores correspondentes aos serviços prestados pelos bancos, comércio, empresas de transporte e comunicações.

Sabendo-se o PIB de um país e querendo saber qual é o PIB per capita, basta dividir o valor correspondente ao PIB pela população do país. O Brasil, conforme o quadro 3, apresenta a menor relação entre salário mínimo e Produto Interno Bruto.

Esta relação indica várias coisas. No caso brasileiro, quem ganha salário mínimo recebe menos que a metade do PIB por pessoa. Como no cálculo do PIB por pessoa divide-se o produto por toda a população, inclusive quem não trabalha, verifica-se que no Brasil a renda de cada pessoa da família do trabalhador está muito abaixo da renda média do país. E 31% dos trabalhadores recebe até um salário mínimo. Não houvessem outros dados para mostrar a concentração de renda no Brasil, essa relação já seria importante.

Nos demais países o salário está mais próximo do PIB por pessoa, o que confirma que o salário mínimo destes países é maior. Nos países em que a relação é mais que um, pode-se concluir que o salário mínimo permite a sobrevivência de mais de uma pessoa, dentro dos padrões de renda média do país. Assim, no Equador, um trabalhador que recebe salário mínimo pode sustentar praticamente três pessoas num padrão de vida equivalente à renda média nacional.

No caso brasileiro, apesar de ter a segunda mais alta renda média por pessoa, o salário mínimo de março não permitia nem que o próprio assalariado tivesse um padrão de vida igual à metade dessa renda média nacional.

Eleições sindicais - SP

O voto dos operários

Em São Bernardo, foi aberto o registro de chapas para o sindicato dos metalúrgicos. Além disso, os trabalhadores da construção e mobiliário da cidade preparam-se para colocar na direção de sua entidade a chapa única de oposição, organizada a partir da renúncia da pelegada, após uma assembléia que levantou inúmeros escândalos administrativos. Ainda no ABC, os motoristas escolhem sua diretoria, em 2.º escrutínio (o primeiro não deu quorum). Em São Paulo, marceneiros e metalúrgicos ajustam as campanhas para reconquistar seus sindicatos.

Oposição está na praça

Elvira Oliveira

N a última sexta-feira, num clima de muita animação, foi lançada a chapa 2 — "Santo Dias da Silva" — que concorre às eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Cerca de setecentas pessoas, das quais mais da metade eram metalúrgicos e o restante se dividia entre outras categorias de trabalhadores, levaram o apoio à chapa de oposição que luta pela conquista do maior sindicato da América do Sul.

Os vinte e quatro membros da chapa, foram representados por Waldemar Rossi — candidato à presidência e único cargo já escolhido, para quem "a meta principal da luta é a democratização do sindicato, abrindo o seu espaço para todos os metalúrgicos, criando sub-sedes nas sete regiões da base sindical e levando todas as decisões para serem tomadas em assembléias da categoria. A diretoria não é a que manda, mas a que cumpre".

Tendo definido como eixo de sua campanha, a luta contra o desemprego a chapa promoveu um debate sobre o tema, do qual participaram, Raimundo Pereira, jornalista do Semanário Movimento, Gilson Menezes, da diretoria cassada de São Bernardo do Campo, Augusto Campos, presidente do Sindicato dos Bancários e Leal, metalúrgico da Fiat/Rio em greve (ver artigo pág. 10). Faltou, porém, ao debate a participação efetiva de um membro da própria chapa, que esclarecesse aos presentes, qual a sua posição sobre o problema e as possíveis saídas pelas quais se lutar, já que a bandeira das 40 horas semanais, acenadas por alguns como solução, embora seja das mais corretas, não oferece alternativas concretas de luta nesse momento e fica muito limitada ao terreno sindical.

O fato mais inusitado do lançamento, porém, foi a presença de Luis Carlos Prestes levando seu apoio à chapa. Para muitos esta atitude do velho "Cavaleiro da Esperança", pareceu mais uma auto-crítica pública, de cunho em outros tempos, época de abertura de políticos — como Ademar de Barros. Mas, atualmente, ainda muito limitada, quando corre à boa procura que correligionários de Prestes participam de outra chapa...

Também na Zona Sul

Na semana anterior — dia 29 — e comemorando o dia 1.º de maio, a chapa 2 fez seu lançamento regional na zona sul de São Paulo. Também num clima de grande euforia, cerca de 300 pessoas apoiaram os representantes da região. Dos presentes, a quase totalidade era de metalúrgicos que vinham de 53 fábricas da zona sul, onde se localizam as maiores empresas da base do sindicato de São Paulo.

Nas últimas semanas, a propaganda das chapas concorrentes tem crescido em toda São Paulo. Enquanto o Joaquinção usa e abusa do espaço que tem lhe dado a grande imprensa — a imprensa dos patrões — e não fica um dia sem dar seu recado nos jornais, para a chapa 3 encabeçada pelo deputado Aurélio Perez, a grande investida nas portas de fábricas tem sido dirigida principalmente contra a chapa 2, acusada de ser "muito estreita, muito sindicalista, não ter um programa político global". Apesar das dificuldades, a chapa 2 vem recebendo um apoio crescente nas bases. Em todos os comitês de apoio, de 30 a 50 pessoas fixas se revezam nos trabalhos da campanha e várias atividades vêm sendo desenvolvidas e programadas. Além das panfletagens normais nas portas e corredores de fábricas com o programa da chapa e boletins específicos, cada região prepara atividades próprias e mais aglutinadoras, visando principalmente reunir ou estimular os trabalhos dos grupos de fábrica.

Campanha deslança

Nas zonas leste e oeste, por exemplo, vários questionários e pesquisas estão sendo feitos nas portas das fábricas. Em um deles, a preocupação é saber se o trabalhador é sindicalizado ou não, seu nome e endereço para futuras visitas e correspondências. Outro questionário, entregue de manhã e recolhido à tarde, procura saber mais sobre as condições de trabalho no interior da fábrica. Estas duas pesquisas visam amarrar os grupos de fábrica.

Na zona oeste todos os metalúrgicos estão sendo convocados para reuniões de discussão sobre a crise de desemprego. Nestes últimos dias, milhares de panfletos estão sendo distribuídos, convidando para quatro debates: nos bairros da Lapa, na Leopoldina, no Jaguaré e na Freguesia do Ó.

Além dos vários comitês que estão sendo preparados para locais centrais da zona sul, está pronta toda uma programação para os próximos três meses de campanha. No centro desta programação estão os debates sobre a crise econômica e o desemprego com os temas: salário e inflação, estado e repressão, saúde do trabalhador e crise de desemprego. Este último estará sendo discutido no próximo dia 17, quando será lançado um Comitê contra o Desemprego. Os metalúrgicos pretendem que toda esta programação aconteça numa assembléia geral do sindicato. Esta preparação fatalmente cruzará com a proposta lançada por Lula no 1.º de Maio, de Greve Geral contra o desemprego, pois os trabalhadores sabendo da proposta, querem discuti-la e vão colocá-la em pauta.



Fernando Ó (à esquerda), Luiz Carlos Prestes (centro) e Waldemar Rossi — presidente da chapa 2 (à direita)

Marceneiros vão pro pau

Regis Moraes

P ela sua combatividade, o Sindicato dos Marceneiros de SP já foi chamado de "a fortaleza da Praça da Sé". Hoje, com uma bela sede, tem, contudo, apenas 4 mil sócios em dia com a entidade, numa categoria de 35 mil trabalhadores. Há 16 anos as eleições são marcadas pela rotina da chapa única. Neste ano porém, a coisa mudou. Uma chapa de oposição foi constituída pelos operários que vinham se destacando nas comissões internas das campanhas dos últimos anos. Somou-se a eles um diretor desistente, José Alves, que tinha, por sua própria iniciativa, alçado um trabalho de base no subúrbio de Iguape da Serra, município vizinho à capital e que concentra algumas das maiores empresas do ramo.

A chapa de oposição Chapa 2, "Unidos para avançar", faz questão de afirmar que nasceu como uma necessidade dos trabalhadores da categoria, e não de uma vontade política. Isto determinou o fato de ser uma chapa única de oposição. Aliás, foi por pressão desses trabalhadores, que agora resolveram sair com chapa própria, que o sindicato foi sendo empurrado a se abrir mais para a cate-

goria. Por isso todos os últimos sábados do mês, pela manhã, reúne-se uma comissão, aberta a todos os trabalhadores interessados, para discutir seus problemas. Na última reunião, a oposição pretendia que o sindicato promovesse uma assembléia geral, para discutir o desemprego que assola os marceneiros. A surpreendente resposta da diretoria foi que isso era "fazer política e não sindicalismo". Em todo caso, a chapa 2 faz da luta contra o desemprego sua bandeira central, no atual momento, e se mostra favorável a um debate com Lula para estabelecer sua proposta numa luta nacional pela estabilidade.

Mas a verdade é que os pessimistas não acreditam que essa luta seja levada adiante pela chamada Unidade Sindical, essencialmente conservadora. O próprio Conclut, para eles, se realizado conforme a vontade da Unidade Sindical, se traduzirá num encontro dominado por pelegos e, portanto, resultará num Congresso Geral ou Central Único com alguma representatividade. No próprio Sindicato dos Marceneiros, dizem eles, nunca se realizou uma assembléia para tirar delegados para a Unidade Sindical. E um Conclut deveria ter dele-

gados tirados assim. "mesmo que fossem diretores, mas teriam que ser eleitos como delegados".

Com relação às eleições, a oposição já sentiu as primeiras pressões. Reunidos inicialmente na sede da entidade, vários de seus elementos foram misteriosamente demitidos antes do registro da chapa. Passaram então a se reunir em bares e praças, até o registro. Confiantes na vitória, sua única preocupação é com os "mitiágrés" que costumam garantir a eternidade das diretorias pelegas. Afinal, até agora, como na maioria dos sindicatos, a oposição não tem nenhuma garantia de poder, mudar regras em função de condições com a diretoria. Além disso, a propaganda da chapa 1 chega a ser distribuída pelas cnefas de pessoal. Na marcenaria Casabela, por exemplo, o panfleto da situação veio junto com o envelope de pagamento. Mas, na verdade esse não foi uma boa jogada dos pelegos, porque deu muito que pensar nos trabalhadores, sobre a aliança entre eles e os patrões. Agora, é ficar de olho na pelegada, que faz parte da escola do Joaquinção e tem, como este, o apoio insinuante do Voz da Unidade. Voltaremos ao assunto. Aguardem.

RESPOSTA DOS TRABALHADORES AO GOVERNO

Greve na Fiat Teste decisivo

Na última quarta-feira o Tribunal Regional do Trabalho julgou legal a greve da Fiat e por decorrência a empresa terá que readmitir os operários demitidos e garantir a estabilidade no emprego por um ano. Trata-se de um política e poderá marcar uma nova etapa dentro do movimento sindical brasileiro, ao mesmo tempo que é um ensaio à proposta de greve geral, em outubro, feita por Lula no 1º de maio.

Por Elvira Oliveira

Apesar dos diretores da Fiat-Diesel do Brasil, fábrica localizada em Xerém (Caxias-RJ), repetirem aos quatro ventos que a greve que paralisou a totalidade de seus 3.083 operários, não duraria mais que dois ou três dias, a disposição de luta dos trabalhadores não dá sinal de arrefecer o movimento que se iniciou no dia 30 de abril. Com mais de uma semana de paralisação e prometendo não voltar atrás, mesmo que o movimento seja declarado ilegal, os metalúrgicos voltam a adotar com esta greve, a fórmula da greve dentro da fábrica, braços cruzados à frente das máquinas paradas.

A gota d'água que detonou o movimento, foi a demissão de 250 operários, entre eles dois representantes da comissão de trabalhadores da empresa, Leal e Juvenal, que tinham estabilidade no emprego. Segundo os patrões, as demissões são necessárias e aumentarão em função da crise econômica.

No entanto, os trabalhadores não aceitam esse argumento e afirmam, que "a empresa está usando esta desculpa da crise, para demitir os operários mais velhos e de salários mais altos, contratando outros por menos, os que têm problemas de saúde e os ativistas sindicais". É a velha tática do facão, pois nos últimos três meses foram admitidos 100 novos operários, foram mandados telegramas chamando pessoas que estão na lista de espera da empresa e além de tudo, a Fiat recebeu 800 milhões de cruzeiros de incentivos do governo, no final do ano passado, o que dá

para cobrir toda a sua folha de pagamento durante um ano. Mas o maior indício de que os trabalhadores têm razão, é que os 250 agora demitidos fazem parte de uma lista de mais de três mil operários dispensados nos últimos três anos. A fábrica passou a funcionar com metade dos seus efetivos, num claro aumento da taxa de exploração, pois a produção não tem caído. Segundo os operários, a produção só dos caminhões CKD, em abril, para exportação, atingiu 228 unidades. "Para maio, serão 183, em junho, 253 e, em julho, 335".

Uma Greve Diferente

Para voltarem ao trabalho, os operários exigem agora a readmissão imediata de todos os demitidos, a garantia de emprego para todos durante um ano e a readmissão de Leal e Juvenal. Esta é uma greve diferente da maioria que estourou nos últimos tempos. Não é uma greve por aumentos de salários, mas uma greve mais abrangente, mais política, de solidariedade a companheiros demitidos e com os trabalhadores compreendendo que só unidos e combativos conseguirão fazer frente à investida dos patrões, que não aceitam diminuir um centavo em seus lucros.

Para o próprio delegado regional do Trabalho do Rio, Luis Carlos de Brito, "esta greve é sui generis e a Delegacia não intervirá nas negociações enquanto não for solicitada". Já o ministro do Trabalho, Murilo Macedo afirmou, que o governo não pretende intervir na greve, que para ele

é um problema que deve ser resolvido entre trabalhadores e empresa. "A única interferência que pratiquei foi determinar à empresa que readmitisse os três trabalhadores que tinham imunidade sindical e que haviam sido demitidos". Segundo ele, a empresa já readmitiu os representantes dos trabalhadores. Estes, porém, negam que tal tenha ocorrido.

Ao contrário, os patrões vêm usando várias formas de pressão, para que os operários voltem ao trabalho. Além de usarem os chefes para intimidar e chamarem a polícia para "garantir a sua propriedade", advertem que se a paralisação continua, os trabalhadores perderão o direito ao adiantamento do salário do mês de maio, que chega a 40%. Além disso, será aplicada uma tabela progressiva de desconto dos salários que, no 1º dia de greve desconta 8,4% do salário, no 2º dia 12,5%, no 3º 16,7%, no 4º 21%, no 5º 25,2% e no 6º, 67%, o que num salário de 30 mil cruzeiros representa Cr\$ 19.440,00 de descontos em apenas uma semana.

A Força dos Grevistas

Para manter a força e a organização de seu movimento, os grevistas formaram um Comando de Greve, composto de demitidos e empregados e têm procurado o apoio de outros sindicalistas e categorias, pois enfrentam uma dificuldade suplementar. O presidente do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, Oswaldo Pimentel, que tudo fez para impedir que a greve saísse e agora trabalha para que ela termine o mais rápido possível, mesmo com a total derrota dos trabalhadores.

Sem o apoio do sindicato, as dificuldades financeiras do movimento crescem a cada dia e o comando avalia que se a greve terminar agora será por falta de apoio financeiro e político.

A sustentação política e econômica desta greve, tem um significado muito grande neste momento, pois ela se contrapõe de forma decidida às demissões em massa adotadas pelos patrões. É um primeiro sinal da disposição da classe operária de levar às últimas consequências a sua luta contra as dispensas, um ensaio que pode levar à greve geral em outubro, como propôs Lula no 1º de Maio.

Greve no coração dos peões

Por Regis Moraes

"A classe operária começa a lutar pelo socialismo e por um governo dos trabalhadores mesmo antes de saber completa e exatamente o que é o socialismo e o governo dos trabalhadores" (Marx e Engels)

Neste ano, as comemorações do Primeiro de Maio, em todo o país, foram marcadas por uma tônica: o protesto contra o desemprego provocado pela crise econômica. Nos dois últimos anos as concentrações se realizaram sob o impacto e a emoção de greves de massa, especialmente a do ABC paulista, que magnetizou o movimento operário e popular forçando comemorações unitárias. Mas neste ano, em algumas regiões do país, como Salvador e São Paulo uma divisão se tornou evidente, pela realização de atos públicos que, quer queiramos ou não, competiram entre si. De um lado, os "sindicalistas autênticos", de outro lado os atos públicos menos concorridos convocados pela chamada Unidade Sindical.

Mas, sobretudo, as comemorações deste ano tornaram visível a necessidade de uma transformação qualitativa do movimento operário. E novamente São Bernardo, coração do capitalismo de ponta no Brasil, foi o palco onde se manifestou a consciência dessa necessidade. Em São Bernardo, desde o ano passado pelo menos, teve início um trabalho que, bem ou mal, com tropeços e indecisões, procura organizar aquilo que podemos chamar, com uma certa dose de otimismo necessário, a resposta operária à crise do capitalismo. A consciência de que essa resposta não pode se limitar às reivindicações sindicais levou os metalúrgicos do ABC a se lançarem à frente de um partido político dos trabalhadores. Neste ano, avançaram na consciência de que o isolamento corporativo, categoria por categoria, por mais importantes que sejam, impede uma vitória significativa sobre

o patronato e seu governo. Por isso, os metalúrgicos do ABC se engajaram muito mais definitivamente na missão política apontada pela proposta do PT e mesmo por vezes menos alinhadas com Lula, como Wagner Alves, no seu documento autocrítico sobre a greve de 1980: a necessidade da vanguarda política representada pelos trabalhadores do ABC agir sobre o restante do movimento sindical do país, em torno dum programa comum que se opusesse à burguesia e abrisse o caminho para que, nas assembleias de trabalhadores, no movimento vivo do proletariado, fosse germinando o projeto operário para transformar o país.

É esse o significado que ganha a "pauta política" da campanha salarial de São Bernardo em 1981, desdobrada na proposta dirigida por Lula e seus companheiros a todos os trabalhadores do país: 5 meses para preparar em todas as categorias uma plataforma comum, enraizada nos corações e nas mentes dos trabalhadores.

Mas desde já é preciso ter claro que, se o regime não elimina as desgraças que se abatem sobre a classe trabalhadora, não é por uma tara intransigência ou teimosia. Do mesmo modo, se o governo não elimina o terror e as suas bombas, não é por safadezas de um ou de outro militar "fora da linha".

Os "excessos" fazem parte da própria essência da ditadura capitalista no Brasil, a ditadura que não pode sobreviver sem a superexploração, a instabilidade do emprego, as tragédias coletivas, a fome, o terror e o medo. Se queremos acabar com esses "excessos", é preciso ter claro que é o próprio regime que temos que mudar.

1.º de maio nos estados

Fortaleza: 500 trabalhadores realizam passeata no centro da cidade; a principal palavra de ordem é contra o desemprego.

Salvador: realizam-se dois atos públicos. No Campo Grande, cerca de 3 mil pessoas realizam manifestação contra o desemprego, salário e Lei de Segurança Nacional, numa convocação liderada, principalmente, pelo Sindicato dos Petroquímicos. Por outro lado, mil pessoas se reúnem no ato convocado pela Unidade Sindical, no Largo do Tanque.

Rio de Janeiro: 15 mil pessoas na manifestação

do Campo do São Cristóvão.

São Paulo: cerca de 10 mil pessoas realizam passeata e concentração pelas ruas de São Bernardo, num ato convocado pelos sindicatos do ABC e pelo PT, contando ainda com caravanas vindas de toda a grande S. Paulo; Lula avança a proposta da campanha em prol da greve nacional de todas as categorias. Enquanto isso, na Capital, concentram-se 3 mil pessoas, convocadas pela Unidade Sindical, Sociedades Amigos de bairros, Movimento Contra a Carestia e tendências do

PMDB.

Rio Grande do Sul: realizam-se comemorações descentralizadas. Na Lomba do Pinheiro, vila periférica de Porto Alegre, comparecem cerca de 500 pessoas. Em Novo Hamburgo, o sindicato dos metalúrgicos e as comunidades eclesiais de base reúnem 400 pessoas no primeiro ato público da cidade. Em Pelotas, centenas de operários desfilam pelas ruas da cidade, em passeata.

Em Ronda Alta, realiza-se o Primeiro de Maio dos camponeses, que reivindicam "terra prá trabalhar".



"A idéia da greve geral está na cabeça e no coração dos peões. Não está ainda na cabeça dos dirigentes sindicais. É claro que teremos cautela, mas não desistiremos de encaminhar essa luta. Se trabalharmos sério, a greve sai. É bom dizer que o radicalismo não virá de nossa parte. Se o governo aceitar negociar e aceitar as justas reivindicações da classe trabalhadora, então nós nos entenderemos. Nós queremos discutir o modelo econômico e fazer um novo acordo. Mas tem que ser um acordo em favor da classe operária. Ou nós partimos prá briga e conquistamos o que queremos ou então ficamos em casa, de cabeça baixa e barriga vazia. E cada dia que a gente acia, é menos um dia de vida que temos". (LULA)

A classe operária vai ao CONCLAT?

Os critérios para escolha de delegados participantes do primeiro Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras podem reduzir o movimento operário a um mero expectador, diante de uma reunião de dirigentes sindicais de discutível representatividade.

O CONCLAT está marcado para agosto. A Comissão Executiva Nacional (CEN) terá reuniões preparatórias nos dias: 16/5, 6/6, 27/6, 18/7, 8/8. Já foram realizadas reuniões estaduais (ENCLAT) no Rio Grande do Sul, Alagoas e Goiás. Na última reunião da CEN foram definidos os seguintes critérios de participação:

a) cada entidade (sindicato ou associação) enviará até 7 delegados entre todos os da diretoria; b) delegados de base da categoria, eleitos através de assembleia, congresso ou conferência, na seguinte proporção: Até 2 mil da categoria, 2 delegados; até 10 mil, 5 delegados; até 30 mil, 10 delegados; até 100 mil, 15 delegados; até 200 mil, 20 delegados; mais de 200 mil 25 delegados.

O critério de participação terá, possivelmente, um grande problema: a representação das minorias. Veja-se um exemplo, de uma entidade de 10 mil trabalhadores. Ela teria direito ao envio de 7 diretores e mais 5 delegados de base. Portanto, a diretoria será majoritária, tendo ou não participado dos debates e assembleias preparatórias. Isso sem falar nos inúmeros "sindicatos de carimbo", inexistentes na prática. E sem falar ainda na forma fraudulenta como se tem eternizado diretorias pelegas. Evidentemente, em ambos os casos, teremos "delegados" facilmente manipuláveis.

Tomemos um outro exemplo. Num sindicato que enviaria 25 delegados, a diretoria apresenta a "sua" chapa. Ganha a votação na assembleia, por 60% dos votos. Os outros 40%, uma minoria significativa (ainda mais pelo fato de representar uma categoria de mais de 200 mil trabalhadores), ficará fora do CONCLAT. Imagine essa situação pensando nas assembleias policiais do Joazeirão (ver ET nº 116, 117 e 118). Dá prá sacar?

De qualquer modo, cabe aos sindicalistas autênticos procurar modificar esses critérios, que ameaçam com uma concepção de "maioria" que acaba reconhecendo como legítimo o estado burocratizado e apelegado do sindicalismo brasileiro. Teremos, de modo semelhante às federações e confederações, um conclave de diretores sindicais e não um encontro dos trabalhadores e seu movimento vivo. Dá prá imaginar que tipo de CUT se pretende tirar daí. Não será nem única nem dos trabalhadores.

Neste processo, e na preparação da greve geral de outubro, importante papel caberá aos núcleos do PT, principalmente aqueles enraizados do movimento operário e popular. Devem portanto receber orientações partidárias precisas. Afinal, o trabalho preparatório do CONCLAT e da greve geral de outubro representam um passo decisivo para construir a resposta operária à crise econômica, social, política e ideológica da ditadura capitalista.

"O Solidariedade não colocou a reivindicação de governar o país, mas não fugirá dessa responsabilidade, se o governo não souber resolver os problemas da Polônia" (Lech Walesa)



Fiat, ensaio geral para a proposta feita no 1º de maio do ABC?

Bancários - Belo Horizonte Pelegada surpreende e ganha sindicato

Entre 4 e 8 de maio foram realizadas as eleições no sindicato dos bancários de Belo Horizonte. E a chapa 2, reunindo a pelegada policialesca da pior espécie, contrariamente a todas as previsões, conseguiu ganhar a direção do sindicato, mais de mil votos à frente da chapa 1, que reúne os setores combativos da categoria.

da Sucursal

O aparecimento das duas chapas teve origem no racha da diretoria passada, durante a greve de 1979, quando alguns de seus membros não assumiram a greve e além disso deduraram o então presidente do sindicato, Arlindo José Ramos, que chegou a ser cassado e depois absolvido.

Seguindo a sua tradição, a pelegada baixou o nível. Com a ajuda do presidente da Federação dos Bancários, Abel Nunes da Cunha, notório pelego, lançou nos jornais e na TV falsas acusações ao Arlindo, explorando o fato dele ser empregado do Banco do Brasil (que tem os bancários melhor remunerados) e acusando-o indistintamente de "elitista", por esse fato.

O curioso é que, ao mesmo tempo, os pelegos tentavam se colocar como a "alternativa de responsabilidade" contra a "minoridade irresponsável", que teria decretado a greve de 79, e contra o panfletarismo.

A chapa 1 encarna a enorme tradição de luta do Sindicato dos Bancários de BH,

participando da mesma o ex-presidente da entidade, Antonio Faria, cassado em 1964. As expectativas otimistas da chapa 1, quanto a uma provável vitória, se apoiavam nessa tradição e no importante trabalho de base realizado junto à categoria.

Mas a campanha da chapa 1, que veio toda no sentido de politizar a categoria e levá-la a discutir seus problemas, encontrou grandes obstáculos, orquestrados pelos gerentes, chegados à pelegada, e pelo pouco acesso à imprensa. Em alguns bancos, a chapa 1 foi impedida até de fazer sua propaganda.

Desse modo, semeando a confusão, a mentira o medo e até mesmo a divisão na categoria, e contando com esses estranhos apoios, a chapa 2 conseguiu iludir a categoria. E o que se teme agora é que muitos associados que apoiaram a chapa 1 descreditem no sindicato e o abandonem (o que seria entregar de vez a rapadura), e que sigam uma série de demissões, não só dos companheiros da chapa, como de vários dos trabalhadores que a apoiaram.

Congresso dos vidreiros Campanha salarial

Realizou-se nos dias, 6, 7 e 8 de maio o I Congresso dos vidreiros de São Paulo, que congrega 25 mil operários, dos quais, 8 mil sindicalizados. Depois de muitos anos de imobilismo, a atual diretoria — oriunda da comissão de salários da campanha de 1979 — começa a dar vida ao sindicato, realizando esse congresso, que contou, entre outros, com a aplaudida colaboração de Lula, em uma palestra sobre os rumos do sindicalismo.

Como falou o Presidente cassado do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, o congresso é a melhor ocasião da diretoria conhecer de perto a categoria como um todo e estreitar os laços com os companheiros mais combativos. O congresso aprovou as seguintes propostas: criação de departamentos de mulheres, menores, cultural e sindical, a luta pela remuneração igual para trabalho igual, a luta pela estabilidade no emprego e pelo salário desemprego, pela autonomia e liberdade sindical, pela democratização das cipas e do

INAMPS, contra a insalubridade e pelas creches subvencionadas pelo governo.

Participaram do Congresso mais de cem operários da base além de representantes de diversas entidades, além do DIEESE e o DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos de Saúde no Trabalho). Foram distribuídas apostilas que versavam sobre a luta dos aposentados, sobre a história do sindicalismo no Brasil e sobre os problemas específicos da categoria. No final houve um torneio esportivo e uma choppada, e os congressistas voltaram para as fábricas com a pesada responsabilidade de passar para os companheiros os conhecimentos adquiridos.



Zé Soprador



Categoria mais presente no sindicato

Financiários — São Paulo Forjando a militância

Com uma taxa de lucro de fazer inveja, as financeiras iniciam agora as negociações salariais com seus empregados. São mais de dez mil trabalhadores, que além do mais, pretendem a unificação de sua data-base com os demais bancários.

O capital financeiro teve, depois de 1964, um extraordinário desenvolvimento. Cresceram os bancos, cresceram também as financeiras. O curioso da história é que a categoria dos financiários — empregados em financeiras, bancos de investimento, cadernetas de poupança, sociedades de crédito imobiliários — não eram, até 1972, enquadrados entre os bancários e tinham seus reajustes fixados à vontade dos patrões.

Agora como bancários, os 10.500 financiários de S. Paulo tem contudo uma data-base diferente para sua campanha salarial: 1º de junho. Dispostos a encarar mais esta luta, os trabalhadores se reuniram no sindicato dos bancários, em assembleia, dia 29/4 e aprovaram as seguintes reivindicações a serem dirigidas aos empresários: reajuste de 15% acima do INPC, garantia de emprego, delegado

sindical, unificação das datas base com os demais bancários (1/9). Além disso, eles reivindicam do governo a reintegração dos dirigentes sindicais cassados, o fim da Lei de Segurança Nacional, o congelamento dos preços de alimentos, transportes e aluguéis.

As negociações começam dia 13/5 e a próxima assembleia já vem em seguida (14/5). Com certeza os patrões virão com a conversa da crise e dos custos. Mas o boletim do sindicato dos bancários mostra que na financeira **menos lucrativa** os lucros de seus proprietários (fora honorários e mordomias) são 1,5 vezes o total de **todos** os salários de seus empregados. Na Unibanco Financeira, a proporção lucros/salários é nada menos que 85; e as receitas são simplesmente 656 vezes maiores que o total de salários dos empregados! INPC mais 15% é muito?

Carga Pesada no Rio Grande do Sul

Depois de 17 dias de uma greve que chegou a paralisar 20 mil caminhoneiros, foi celebrado um acordo de aumento médio de seus vencimentos da ordem de 47% (eles pediam 70%, as empresas ofereciam 15%). Agora, o pessoal do volante parte para organizar sindicatos nas cidades onde não existem, além de preparar a expulsão das diretorias sindicais que se omitiram na batalha.

Funcionários da USP estão chiando

Do mesmo modo como o pessoal da Unicamp e da UNESP — as duas outras universidades do estado — os servidores da USP só receberam até agora 70% do seu reajuste salarial (que além de tudo é anual). O governador acha que o pessoal pode esperar. O que o pessoal acha do governador nem é bom dizer.

Sacanagem da Vigorelli

A Vigorelli de Santa Gertrudes entra de sola no campeonato nacional de sacanagem patronal. Ela ofereceu, nada mais nada menos, que um acordo de redução dos salários com a mesma jornada de trabalho. É isso aí mesmo. Não tem erro de impressão não. Eles querem diminuir 16% do salário de abril e, como são bonzinhos, só 8,5% no salário de maio. Acontece que a proposta vem numa daquelas de "ou da ou desce". E numa cidade do interior o peão vai penar muito prá arrumar outro emprego. Ou então muda de cidade. Já imaginou quanto custa isso? Mesmo assim, o pessoal tá querendo arrumar uma forma de resistir. Olhai pessoal da Vigorelli de outras cidades: quando os de Sta. Gertrudes passarem a receber menos prá fazer o mesmo serviço, a empresa aumenta a produção de lá e demite a turma de outros centros. Então, a solidariedade ao pessoal de Sta. Gertrudes é uma questão de salvar a própria pele. O negócio é pressionar o sindicato, um prá não ceder, e a empresa prá desistir da safudeza.

Primeiro Encontro Sindical do PT-RJ

O PT-RJ está convocando o encontro de seus ativistas sindicais, para fazer um balanço do movimento operário e unificar sua atuação nas lutas sindicais, eleições sindicais e intervenção no CONCLAT. Vai ser dia 24/5. Informações no gabinete da liderança do PT na Assembleia Legislativa.

Sonia Maria Angel Jones, você está presente

Dia 14 de maio às 11 horas será celebrada a missa pela morte de Angeia Maria de Moraes Angel Jones, na Igreja Matriz de São Domingos, à rua Caiubi, 164. Sonia Maria foi assassinada pela ditadura militar em 30 de novembro de 1973. Às 13 horas seus restos mortais serão trasladados para o Rio de Janeiro.

Pornochanchada ou crítica social? Nesse filme de Arnaldo Jabor, com "happy end" e dança na calçada, a questão nem se coloca.

As imagens contradizem permanentemente a pretensa postura crítica no plano do discurso.

Discurso do empresário nacional falido: "Esse país é uma churrascaria. o povo é a única coisa que se salva no Brasil". Discurso rebelde de Sonia Braga. "Estou com o saco cheio de ficar parada esperando, esperando. Maria fica mais de lado, levanta, cala a boca. E eu parava. Agora não. Se falar Maria cala a boca, eu grito".

Imagens de onde o povo e o Brasil contemporâneo, referidos na fala, estão notavelmente ausentes, substituídos pela repetição até a náusea, do rosto e do corpo da mulher do passado e da mulher presente, que surgem nas telas do circuito interno de TV, dispostas em dezenas de fileiras maníacas pelo salão do apartamento, lugar único da ação. Ou pelas cenas de amor assépticas como nos manuais de posições sexuais ou nas revistas pornográficas americanas, onde aparecem com fatura fantasmas sado-masoquistas, da necrofilia ao estupro...

O grito da independência de que fala a personagem feminina é desmentido pelas cenas repetidas de corridas desesperadas atrás do avião, amante sempre ausente, a cujos caprichos de itinerário e humor ela se sujeita até o fim.

Que afinidade particular entre a lua e mulher? Sua dependência de satélite. Da dependência do avião à dependência do empresário falido o estado natural da

Eu te amo

Um filme onde a falta de estória o transforma num amontoado de cenas de amor assépticas como nas revistas pornográficas americanas.

Por Helena Hirata



personagem feminina é "ser através de": única postura capaz de proporcionar, enfim, a felicidade, como reza a moral do "happy end". Se ela já foi (estudante de

Letras, aeromoça, secretária de fábrica de biscoitos) hoje ela é, enquanto parceira sexual, no apartamento dele, com o dinheiro dele, com ele, que tem a exclusivi-

dade da obra, da produção (de mercadorias e mesmo do passado (Sonia Braga contempla, entre curiosa e maravilhada, o quarto secreto do amante, com velhos cacarecos e objetos de estimação do passado).

Ela não tem passado gradioso (o que declarou: prostituta, deflorada aos 12 anos era mentira de mitômana), nem obra, só um amor impossível.

Werther caipira, o empresário nacional, lapidar, consola-a: "a gente só gosta do que não tem". Ele mesmo cultiva uma certeza, sob a forma de um desprezo absoluto às mulheres que não dependem: "Amor não existe. É papo de feministas. lésbicas, sapatão, fria". Mas quando descobre, na melhor tradição do macho brasileiro que ela não é "puta", mas uma mulher "pura", cai em adoração a ponto de condescender em simular a morte do senhor e o fim da opressão. Simulação com muito ketchup de que sai ganhando (mais uma trepada) no estilo Emma-nuèle, dentro do requinte extravagante de castiçais e gigantescas taças de frutas tropicais...

Desse conjunto de inconsistências nem o título se salva. Afinal o que é o amor senão extrair alguém de uma massa indistinta e nomeá-lo. dar um nome. um sobrenome a um ente antes anônimo e obscuro? Essa "discernibilidade" de que falava Deleuze e que constitui o fato mesmo do amor desaparece na falta de estória do "Eu te amo", desse casal genérico, onde a personagem feminina é "Maria", "Mônica" ou um terceiro nome qualquer...

Machismo & Feminismo Homem grávido

"Amizade Colorida" é o novo seriado da Globo. Nele, Edu-fotógrafo é uma espécie de machão puro e ingênuo que se defronta com as intempéries dos ventos feministas.

Por Wagner Cardoso

A Globo (plim, plim) continua fazendo das suas. Primeiro, foi a "Malu Mulher", levando semanalmente, para todos os cantos do Brasil, um tema que até então era tabu: a opressão da mulher, os problemas vividos quotidianamente pelas mulheres na sociedade machista. Aliás, a nossa. Mas que por pressões culturais (comerciais?), infelizmente, da mesma maneira que veio, foi-se, deixando uma enorme e eterna lacuna.

Agora, é a vez do "Amizade Colorida". Só que nesta nova série o personagem anti-herói é o Edu-fotógrafo: homem médio brasileiro que vive de "bicos".

Os autores do Edu, sem dúvida, pretendem através dele, desvendar o outro lado da medalha, mostrando quais são os problemas enfrentados pelos homens, nesta dita sociedade moderna, onde o Machão, não tem mais livre circulação como antes. Onde, ao invés da secular tranquilidade com a qual ele saía por aí, galopando pela sua fauna imensa à cata de "lindas gazelas" para, se possível, domesticá-las; ele começa a se defrontar com as recentes intempéries dos ventos feministas.

O Edu-fotógrafo, é uma espécie de machão-puro, ingênuo,

boa-praça, que vive num período de ruptura, onde uma série de valores — antes intocáveis —, começam a ser questionados pelo "sexo frágil". À medida que os episódios avançam ele desnuda-se, mostrando o seu caráter inseguro e bastante contraditório: encurralado entre a velha estrutura ideológica machista, que já não lhe basta para responder às suas frustrações e desprazeres (houve até um capítulo sobre a "impotência masculina"!); mas que ainda constitui o único modelo palpável; ao mesmo tempo em que vive na própria pele o avanço da luta das mulheres.

Gravidez: o homem pode participar?

À semelhança de Malu, o Edu vive as (des)aventuras do dia-a-dia. Mas agora, o sujeito passa a ser o "novo homem" e seus privilégios, ou melhor nossos privilégios. E o mais importante de tudo isso é que esse tipo de discussão, através dessa reluzente "aldeia global", poderá começar a sair dos pequenos círculos de intelectuais, da esquerda, dos "entendidos" enfim, para ganhar os vídeos de milhões de brasileiros.

E é aí que eu entro. O recente episódio "A barriga" é bastante



demonstrativo e não deixa de ser um bom ponto de partida para discutir — enfrentando — toda essa problemática. Nele, o Antonio Fagundes (o Edu), resolve "engravidar-se" em protesto à sua (ex)companheira, que o abandona, após dizer-lhe que estava grávida e que "não queria continuar a seu lado" só por causa de "quinze minutos de transa"...

Apesar dos exageros e efeitos visuais desnecessários, tais como a "barriga" que ele carrega, "para poder participar da gravidez dela", seus enjôos, manias de comidas esdrúxulas e tricôs no consultório do ginecologista; da mesma maneira que o parto simulado, cheio de holofotes, ou então os ataques histéricos de sua companheira, caricaturizando pessimamente a revolta feminina; o eixo da temática é correto: através do absurdo, foi mostrada a nossa objetiva impotência face ao processo de gravidez da mulher. E daí é possível desfiar-se

um cem número de idéias-base, configurando um amplo quadro que nos obrigará a um longo processo de reflexão, desta vez nosso, dos homens.

A própria tentativa do Edu em se aproximar das transformações do corpo da mulher, preocupar-se com ela, já é uma mostra de que algo começa a germinar em nossas cabeças. Antes, tal quadro — um homem "grávido" — jamais seria exibido, por problemas culturais e de Ibope, evidente!

De espectadores a agentes ativos

"Nas nossas sociedades ocidentais, a contracepção, o querer-ter-um-filho, a gravidez, o parto, o aborto, a infância da criança são considerados como sendo momentos exclusivamente femininos. Em cada uma destas etapas, o pai desempenha um papel secundário, de espectador", é a afirmação de Geneviève D. de Perseval, que como psica-

Festival mineiro da canção

Santa Rita do Sapucaí-MG está se preparando para no próximo fim de semana (dias 15, 16 e 17) realizar o II Festival Universitário da Canção. Em cada noite haverá um show, começando com "A revolta da Chibata" — grupo Mambembe, a seguir o grupo Sagrado Coração da Terra e finalmente Melão e Lery acompanhados pela Banda Livre.

Este festival está sendo promovido pelos estudantes da faculdade local e será a primeira eliminatória do Festival Universitário Estadual de Minas Gerais a realizar-se no segundo semestre deste ano em Belo Horizonte.

nalista e pesquisadora, editou na França, recentemente, dois livros ("A Arte de acomodar os bebês" e "Paternidade") tratando destes temas tão "estranhos" aos homens.

Talvez, tenha chegado o momento de sairmos da nossa confortável posição de simples "espectadores". O avanço do processo de emancipação da mulher coloca novas questões à sociedade e, em particular, a nós, homens. Face a isso, nós também temos muita coisa a dizer e responsabilidades a assumir, sob pena de jamais compreendermos esse mundo "tradicionalmente feminino".

Na Semana Santa, Recife viveu uma experiência diferente e ousada com o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste, o que provocou uma reação agressiva dos moradores da região.

Por Wilma Monteiro,
Luís Mott e Aroldo Assunção

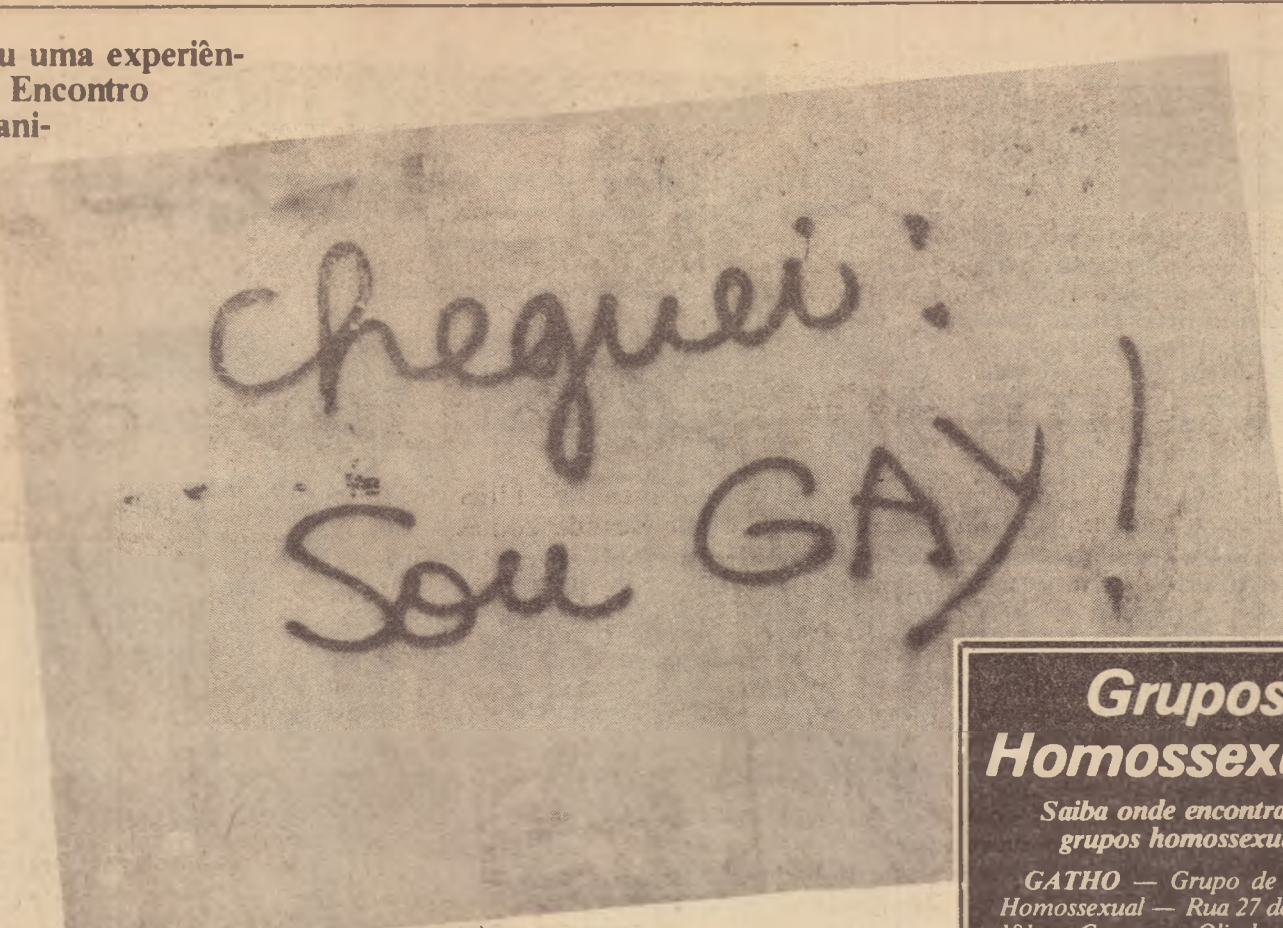
O I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON) realizado na Semana Santa, de 17 a 19 de abril, em Recife, teve a participação de quatro grupos: Grupo Gay da Bahia (Salvador), Dialogay (Aracaju), Grupo de Atuação Homossexual (Olinda), e Nós Também (João Pessoa), reunindo 50 homossexuais, homens e mulheres.

Como resolução do Encontro, foram aprovados três projetos: a edição da revista "Bichana", que será lançada no dia 28 de junho — "Dia Internacional do Orgulho Gay" — uma publicação que terá como objetivo a denúncia de todas as formas de violência a que os homossexuais estão submetidos e a maior circulação das informações do ativismo homossexual, a organização de caravanas para percorrerem as cidades nordestinas, com a finalidade de estimular a criação de novos grupos ativistas e promover debates sobre a questão homossexual e, ainda, um maior intercâmbio dos grupos homossexuais entre si e com os demais grupos oprimidos, como os do movimento feminista, negro e de apoio aos índios.

No domingo de Páscoa, quando os participantes do encontro saíram para o almoço, foram agredidos verbalmente por alguns moradores da região. O resultado foi uma passeata espontânea, descontraída e irreverente em suas palavras de ordem: "Abaixo o Machismo"; "Au, au, au, é legal ser homossexual", "Éte, éte, éte, é gostoso ser gilete". Durante a realização do encontro, uma das questões mais discutidas foi a da autonomia do movimento homossexual face aos partidos políticos, dos grupos entre si, face à imprensa homossexual e também autonomia dos próprios participantes face aos grupos ativistas. Houve consenso quanto a não desejarem qualquer tipo de centralismo no movimento e a contestarem qualquer liderança, que se faça de porta-voz do movimento homossexual brasileiro. Nem liderança carismática nem burocrática.

No documento distribuído no encerramento do encontro, no DCE da Universidade Federal de Pernambuco, fica bem delineada a posição do I EGHON: "Os grupos nordestinos têm autonomia para fazer contatos e abrir diálogo com os partidos políticos, visando à causa gay".

O II EGHON está marcado para a Semana Santa de 1982, em João Pessoa



Pichação no muro do Teatro Castro Alves (Salvador)

ou em Salvador. Antes porém, em julho deste ano, na 33ª reunião anual da SBPC, em Salvador, os grupos homossexuais organizados de todo o Brasil (atualmente mais de 20), estarão presentes, debatendo, buscando novos espaços, para discutir e contestar aqueles cientistas que insistem em catalogar o amor entre iguais como "desvio comportamental".

Dia de luta homossexual

Já em São Paulo, nos dias 25 e 26 de abril, foi realizado no prédio da Faculdade de Ciências Sociais da USP o I Encontro Paulista de Grupos Homossexuais Organizados. Dele participaram: Grupo Somos de Afirmação Homossexual, Coletivo Alegria Alegria, Grupo de Ação Lésbica-Feminista e Fação Homossexual da Convergência Socialista.

A primeira idéia aprovada foi a de promover manifestações no dia 13 de Junho, proposto como dia de luta homossexual, lembrando a manifestação contra a repressão policial ocorrida no ano passado, na mesma data, realizada por homossexuais, travestis, prostitutas, negros, feministas e marginalizados em geral. Outra proposta aprovada foi a realização de reuniões mensais entre lésbicas participantes ou não de diversos grupos organizados. Concluiu-se pela necessidade destas reuniões devido à específica situação social de dupla opressão da lésbica, discriminada enquanto

mulher e enquanto homossexual. Esta luta contra a dupla opressão leva à necessidade de uma participação tanto no movimento feminista quanto no homossexual.

Para levar adiante estas propostas, os homossexuais participantes julgam necessário que os grupos organizados procurem trabalhar em conjunto, respeitando sempre seus diferentes métodos e idéias. Durante os debates foram também levantadas algumas indicações de trabalhos como a união com outros setores oprimidos — as mulheres e os negros —; a realização de debates contra a discriminação ao homossexual, nas escolas, sindicatos e outras entidades; a importância dos guetos (locais de reunião dos homossexuais) como mais um espaço de interação nas lutas contra a repressão, discriminação e a violência em geral; a implementação de grupos de estudo etc.

Procurando transmitir o espírito do movimento homossexual, o comunicado oficial do encontro, termina afirmando acreditar "ser importante a realização de encontros regionais e nacional, a fim de que possamos juntos encontrar formas de acabar com todas as padronizações que buscam homogeneizar e massificar as idéias, os desejos, o corpo excluindo o prazer do espelho, o beijo ateu, os seios entre seios, os anseios da cor excluída. Transformar, formar e transformar criando outras formas de idealizar os sentimentos, realizar e novamente desejar novos seios, os beijos, os olhos... o novo...".

Homossexuais e o 1.º de maio

Este ano, como em 1980, as comemorações do 1.º de Maio no ABC contaram com a participação de homens e mulheres que levavam as reivindicações homossexuais. Carregavam faixas com os dizeres: **Contra a discriminação ao trabalhador/a homossexual, Contra a Lei de Segurança Nacional assinado: Militantes Homossexuais Construindo o PT.** Além das palavras de ordem gerais, também gritavam "Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão" e, como no ano

passado, a reação do público presente foi das mais positivas.

O grupo que compareceu este ano vê esta participação como a primeira atividade de sua campanha para lançar a questão homossexual no PT e levar para a classe operária a discussão da discriminação e opressão sofridas pelos homossexuais. Apesar de muitos desses militantes participarem de grupos homossexuais organizados, eles pretendem que essa nova frente de atuação se mantenha afastada das discussões dos grupos.

Paralelamente a isso, o "Grupo Outra Coisa de Ação Homossexualista" realizou um passeio ao Pico do Jaraguá. Segundo os seus participantes, esta atitude visa marcar a autonomia do grupo em relação à luta político-partidária. De acordo com sua concepção, o movimento homossexual deve voltar-se para os seus objetivos específicos de atuação sem desvincular a militância e o prazer já que este está primordialmente ligado à sua sexualidade.

Grupos Homossexuais

Saiba onde encontrar os grupos homossexuais.

GATHO — Grupo de Atuação Homossexual — Rua 27 de Janeiro 181 — Carmo — Olinda — PE — 53.000.

GGB — Grupo Gay da Bahia — Caixa Postal 2552 — SALVADOR 5 BA — 40.000.

NÓS TAMBÉM — Rua Orris Soares 51 — Castelo Branco — JOÃO PESSOA — Paraíba — 58.000.

DIALOGAY — Rua Buquim 193 — Vila Sr. do Bonfim c/26 — Centro — Aracaju — Sergipe — 49.000.

SOMOS/SP — C. Postal 22.196 — São Paulo — SP — Rua da Abolição 244.

EROS — C. Postal 5.140 — São Paulo — SP — 01.000

COLETIVO ALEGRIA ALEGRIA — C. Postal 58095 — 01.000 — S. Paulo — SP.

LIBERTOS — C. Postal 1032 — GUARULHOS — SP — 07.000.

GRUPO DE AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA — C. Postal 293 — S. Paulo — 01.000.

FRAÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA — C. Postal 54.180 — Parque D. Pedro II 696 — SÃO PAULO — SP.

GOLS/ABC — Grupo Opção à Liberdade Sexual — C. Postal, 426 — Santo André — 09.000.

BEIJO LIVRE/DF — C. Postal 070.812 — Brasília-DF — 70.000.

COLIGAY — Av. Paraná 834 — Apt. 31 — Navegantes, PORTO ALEGRE-RS — CEP 90.000.

GRUPO TERCEIRO MUNDO — C. Postal 10.350 — PORTO ALEGRE — RS — 90.000

BANCO DE CÁ — Rua Gavião Peixoto, 100, Sobrado, Icarai — NITERÓI — RJ — 24.000.

SOMOS/RJ — C. Postal 3.356 — RIO DE JANEIRO — RJ — 20.100.

AUÊ/RJ — C. Postal, 25.029 — RIO DE JANEIRO 5 RJ — 20.000

LAMPILÃO — Rua Joaquim Silva, 11, s/707, Lapa — RIO DE JANEIRO — RJ — C. Postal, 41.031 — 20.400.

OUTRA COISA — Grupo de Ação Homossexualidade — C. Postal, 8906 — SÃO PAULO — SP — 01000.

13 de maio

Cem anos de Lima Barreto

Festeja-se, neste 13 de maio, o centenário do nascimento de Lima Barreto, escritor mulato dos inícios do século, que scandalizou as "elites" reivindicando sua negritude, declarando-se marxista, atacando a sociedade de então.

Por Mario José Maestri Filho

A história, que tece finas ironias, quis por bem encobrir com os festejos anuais da "Abolição" o centésimo aniversário do mulato Lima Barreto que, passadas duas décadas da "Lei Aurea", escreveu penetrantes páginas sobre o racismo, mazela ligada à sociedade brasileira por mais de 300 anos de escravismo. Mas a ironia não se reduziu à coincidência de datas. A princesa Isabel, obscurantista escravista, passou a ser tida como a humanitária emancipadora dos escravos; Lima Barreto, nosso maior escritor social, foi quase relegado ao esquecimento.

Podemos falar sem medo de um "caso Lima Barreto". Este escritor carioca, de origem humilde, neto de escravos, apesar de ter morrido aos 41 anos, minado pela bebida e pela miséria, construiu uma vasta obra: não menos de 16 volumes, no plano de suas "obras completas" da Editora Brasiliense. Apesar da extensão, da qualidade e do inovador de sua literatura, Lima Barreto não conseguiu o reconhecimento do "mundo das letras" de sua época, quando não se viu destrutado e discriminado.

Crítica Radical

A aversão de nossa intelectualidade oficial, passada ou presente, à obra de Lima Barreto não era gratuita. O autor fluminense, articulou, na sua passagem meteórica pelo universo das letras brasileiras, uma penetrante crítica da sociedade de sua época. Crítica que o passar dos anos realçou a veracidade e perenidade. Na realidade, Lima Barreto não se limitou a fustigar o racismo, envergonhado ou não, de nossas "elites". Analisou, com fina ironia, o elitismo e o pedantismo ridículo dos "mandarins" da cultura; o nepotismo e a corrupção da política da República Velha; trespassou, enfim, a sociedade de classes brasileira com sua literatura militante. E nisto, ninguém o igualou.

Lima Barreto sobrepos-se à sua época. Vivendo no Brasil quase agrário do começo do século, produto típico dos estratos urbanos e suburbanos do Rio de Janeiro, mesmo assim, mais uma vez sua crítica vai além do que se esperaria, visto as condições e o momento histórico em que estava imerso. Aborda o racismo

com sensibilidade e penetração poucas vezes conhecidas. Jamais confunde o racismo dos estratos dominantes egoísta, hipócrita, dominador — com o seu triste arremedo entre as classes populares.

Desleixado, Bêbado e Recalcado

Lima Barreto, melhor do que ninguém, apreende o processo de urbanização e especulação imobiliária desenfreada que se enunciava na então capital da República. Descreve, com sentimento, a antiga cidade do Rio de Janeiro, seus velhos casarões, os bairros populares, sendo destruídos e descaracterizados pela irresponsabilidade dos homens públicos e a voracidade dos especuladores. Traça um emotivo painel das populações marginalizadas, dos trabalhadores dos subúrbios cariocas. Vivendo neste meio, vivendo os problemas e as misérias destas populações, seu naturalismo jamais se reveste da "superioridade" ou da "neutralidade" do cientista social analisando mais uma "situação". Sua vida e obra nos sugere que seu marxismo (maximalismo, na época) tinha mais raízes do que

so a declaração superficial que alguns autores gostariam de crer.

A literatura de Lima Barreto não ficou impune. Ser-lhe-á movido sistemático e mesquinho combate. Todas as portas lhe serão cerradas. É acusado de desleixo na linguagem e na pureza de seu português. Porém, o fundamental das críticas dirigem-se para o que mais incomoda: o fato de um mulato assumir sua negritude, combater o racismo e a hipocrisia de sua época. Será acusado de recalcado, frustrado, "moleque". Neste contexto, Lima Barreto publicará com dificuldades seus trabalhos; na vida profissional, como funcionário público, jamais passará de "amanuense" (escrivão). Este combate desproporcional, junto a problemas familiares, leva-o à bebida. Às velhas pechas, juntaram-lhe a de "bêbado", "boêmio".

É sintomático que a tentativa de explicar a obra de Lima Barreto a partir da bebida, de seus problemas ou de suas frustrações, não tenha sido abandonada. "A obra deste escritor — escreveu há alguns anos Sérgio Buarque de Hoalnda — é, em grande parte, uma confissão mal escondida, confissão de amarguras íntimas, de ressentimentos, de malogros pessoais, que nos seus melhores momentos ele soube transfigurar em arte. O mesmo autor destacou a simpatia de Lima Barreto pelos personagens propensos à bebida que criava. Parece ter esquecido a frase do escritor mulato: "O mal dos intelectuais brasileiros não é a cachaça, mas sim a burrice".

Caminho distinto

Sergio Buarque nos permite compreender porque da antipatia que Lima Barreto despertou às nossas "elites", comparando o autor com Machado de Assis, também nascido pobre e mulato, mas que terminou a vida cercado de reconhecimentos e honrarias, escreve: "Machado de Assis aristocratizou-se por esforço próprio e da disciplina que para isso se impôs, ficou em seu temperamento e em sua obra uma vertente inumana, que deveria desagradar a espíritos menos capazes de contensão. De Lima Barreto, pode-se dizer que não conseguiu forças para vencer, ou sutilezas para esconder — à maneira de Machado — o estigma que o humilhava".



Lima Barreto

Em outras palavras, Machado de Assis, um mulato escrevendo em plena escravidão, compreendeu o necessário. Reestruturou, em sua literatura, o mundo em que vivia. Não apresentou à so-

cidade senhorial o universo das relações sociais como ele realmente era, mas sim como os senhores pensavam — ou desejavam — que fosse. Não se estranhe, assim, o painel idílico que Machado tracejava quando referia-se à escravidão. Em outras palavras, não se tratava de "contensão", mas sim de caretice. Fez-se, portanto, branco e renegou suas origens. Lima Barreto não desconheceu o recado, mas preferiu caminho distinto. Não tentou exorcizar sua cor. Ao contrário, assumiu-a, e, com isto, "estimantizou" com ela aos racistas e ao racismo. E foi mais além.

Com todas as suas ambiguidades, altos e baixos, traçou o mais humano, sentido e solidário painel das classes populares dos começos do século. Foi grande na acepção mais pura da palavra.

Este dia não é dos negros

Porque os negros brasileiros não comemoraram o 13 de Maio como dia da libertação

Há centenas de anos os negros foram arrancados de sua terra natal, em vários pontos da África e trazidos para a América, onde fora vendidos como escravos. Apenas quando a escravidão se tornou um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo é que foi decretada sua falência.

Ao contrário do que se alardeou, a assinatura da "Lei Aurea" pela Princesa Isabel não passou de uma formalidade. Por essa época, os negros escravos representavam apenas 5,6% da população brasileira e a escravidão já vinha sendo substituída há anos pelo trabalho assalariado imigrante. Assim, o principal resultado da tão famosa Abolição foi elevar a princesa e a classe dominante brasileira à categoria de benfeitores.

Acima de tudo, o fim do trabalho escravo não significou a emancipação do povo negro e sim, na maior parte, sua marginalização numa vida de miséria.

É por esta razão que o 13 de Maio, dia da libertação dos escravos é um dia sem comemorações entre os negros brasileiros, que resolveram não aceitar mais as datas impostas e sim criar suas próprias datas a partir de fatos representativos de sua história.

É o caso do dia 21 de Março, instituído pela ONU como Dia

Internacional pela Eliminação do Preconceito Racial, lembrando o massacre de 69 negros da África do Sul, em 1960, numa manifestação pacífica contra a Lei dos Passos. Os passos eram documentos obrigatórios aos negros, com anotações dos locais onde eles poderiam circular: do trabalho para casa e vice-versa. O negro encontrado fora deste percurso autorizado era preso e enviado a campos de trabalhos forçados, nas fazendas dos brancos.

Outra data importante para os negros do Brasil, é o dia 20 de novembro, data da morte de ZUMBI, símbolo da resistência negra no Brasil pela sua liderança no Quilombo de Palmares. Os quilombos, inúmeros durante todo o período da escravidão, eram núcleos de negros livres que fugiam para o mato e aí se organizavam, construindo moambos, plantando roças e resistindo às investidas dos brancos. Palmares, quilombo nordestino, tornou-se famoso e símbolo da resistência dos negros brasileiros, pelo seu longo tempo de duração (de 1602 a 1697, segundo os historiadores), pelo seu tamanho e estrutura e pela sua capacidade de resistência, que causou enormes prejuízos a sucessivas expedições de brancos portugueses e holandeses.



Lima Barreto

Mãe só pensa nos filhos?

O Dia das Mães em 81 passou quase despercebido, a não ser nos restritos ambientes do lar. Em São Paulo, por exemplo, o governo tinha como hábito a premiação da Mãe mais Jovem, Mãe mais Velha, e Mãe com maior número de filhos.

Este ano não houve grandes comemorações. Isso reflete uma mudança de postura: quando o país precisa de trabalhadores, festeja-se a mãe "rainha do lar" e seu dia é um dos mais importantes do ano. Quando, ao contrário, existe desemprego, crise econômica, não tem sentido comemorar o dia daquela que contribui para o aumento populacional. O Dia das Mães passa então a ser apenas consagrado ao consumo, e só.

Em contraponto, desde 79 os grupos feministas passaram a fazer desta data não mais uma comemoração, mas um dia de lutas, um dia para perguntar o que significa ser mãe nos dias de hoje, quando não existem creches para as crianças; quando cresce a necessidade da mulher trabalhar fora para ajudar no orçamento doméstico, acumulando essa jornada com o trabalho em casa; quando as escolas públicas nunca têm vagas e as particulares são cada vez mais caras, impedindo muitas crianças de se alfabetizarem... É o caso de Minas Gerais, que fez o dia 10 de maio um Dia de Luta por creches e de repúdio aos planos governamentais de Controle da Natalidade forçado.

“Foi Deus que me ajudou a criar meus 14 filhos, senão...”, é o desabafo de Maria Souza, uma das 500 mães da periferia de Belo Horizonte que se reuniram no dia 9 de maio, por iniciativa das 10 creches já em funcionamento em BH, Contagem e Ibirité, e do Movimento Pró-Creche, entidade que incentiva e subsidia as creches.

Houve jogral, teatro e grupos musicais, organizados a partir dos próprios bairros, mas nem tudo foi lazer. A comemoração aprovou um manifesto que foi entregue às prefeituras envolvidas, já na terça-feira seguinte, dia 12, exigindo creches subsidiadas diretamente pelas prefeituras, mas dirigidas pela comunidade. Para as creches já existentes, todas sustentadas pela comunidade, com raros e precários convênios com a FEBEM, o manifesto exige que passem a ser mantidas pelas prefeituras. Desde já ficou marcado que no dia 8 de junho as mães voltarão às autoridades, quando esperam uma resposta objetiva a suas reivindicações.

O feminismo nos bairros

A preparação deste encontro vem já de dois meses de discussões e reuniões nos bairros, onde o tema proposto, Controle de Natalidade, era normalmente ultrapassado, falando-se de sexualidade, prazer, aborto... Foi muita a empolgação e daí surgiram propostas de outros temas, trazendo novas perspectivas para o movimento feminista mineiro.

Pois até hoje, entre movimento feminista e o movimento de mulheres, enquanto

movimento de massas, temos visto em Minas uma certa distância, que em alguns casos chega a criar duas realidades paralelas. De um lado, a formação de grupos pequenos, normalmente compostos por mulheres de origem pequeno-burguesa. De outro, o crescimento da participação política da mulher em movimentos como a Anistia, Carestia, creches e mesmo movimentos sindicais como o dos professores.

No entanto, se a mulher participa mais, raramente participa como mulher, enfrentando seus problemas específicos. A sua organização em partidos, movimentos ou sindicatos não significa o crescimento de sua consciência da opressão que sofre como mulher. É significativo o exemplo dos professores de 1º e 2º graus, onde as mulheres são maioria de 90%, mas quase todas as lideranças mais conhecidas são homens.

Ou seja, faz-se cada vez mais urgente o fortalecimento de um movimento autônomo com caráter de massa, que leve a consciência feminista a todas as mulheres. Sem dúvida, os últimos encontros e manifestações como o protesto pelo assassinato de Heloisa Balestreros, realizados com presenças expressivas, apontam um caminho. Mas sua principal debilidade é que nenhum deles conseguiu definir lutas e formas organizativas unitárias, capazes de manter as mulheres mobilizadas. Elas vão ao Encontro, mas passam o resto do ano em suas cozinhas, ou diluídas em movimentos onde não têm chance de discutir suas reivindicações específicas.

É no espaço desta distância entre o movimento feminista e o movimento de massas que tem crescido a concepção do jornal *Hora do Povo*. Esta visão coloca corretamente que a consciência da mulher se constrói "através da sua experiência de luta, que não pode ser substituída por nada". Porém, entende que não existe luta nem reivindicações próprias das mulheres, fechando os olhos às lutas por creches, contra a violência, contra a discriminação salarial etc. Só restaria a nós nos diluirmos nas lutas mais gerais, como Constituinte e carestia e nada questionarmos da opressão da mulher. Foi o que propuseram as colaboradoras do *Hora do Povo*, já na última hora, no Dia das Mães de Belo Horizonte: transferir a comemoração para um campo de lazer da prefeitura e fazer dela apenas uma festa para as mães, sem leitura de documentos, reivindicações a prefeitos ou discussões.

Na verdade, por trás desta visão está uma concepção de que o feminismo é uma questão exclusivamente ideológica, cultural, que não interessa à mulher do povo. Manter uma atuação apenas intimista e ideológica, como muitos grupos feministas têm feito, só reforça esta opinião. Daí a importância deste movimento que se inicia em Belo Horizonte. Ele poderá ser a grande alavanca para se formar um movimento feminino unitário na região, com sustentação autêntica na base. Se ele começa com a unificação dos movimentos pró-creches da grande BH, "a perspectiva é que não se limite apenas à discussão de creches, mas abarque toda a problemática

da mulher, em especial da mulher trabalhadora, dona-de-casa, como a dupla jornada de trabalho, sexualidade, enfim, a própria opressão da mulher na sociedade em que vivemos", como definiu Maria Auxiliadora, da creche da favela da Ventosa e Bairro Jardim América.

Sem comentários

"A mulher é a maior vítima do terrorismo em muitos casos, porque nos seus lares, ignorando as atividades dos seus maridos, são às vezes surpreendidas por notícias desagradáveis." (Ivete Vargas, presidente nacional do PTB, única mulher presidente de partido, na reunião de líderes políticos, dia 8 de maio).

INTERNACIONAL

Bolívia

Fracassa outro golpe

Pela terceira vez este ano o General Garcia Meza enfrentou uma tentativa de golpe contra o seu governo, instituído a partir de um sangrento golpe militar que derrubou Lidia Guelier, presidente da Bolívia.

Fracassou a tentativa de derrubar o general Luis Garcia Meza, presidente da Bolívia. Na manhã de segunda-feira, dia 11, o tenente coronel Emilio Lanza, comandante do Centro de Instrução de Tropas Especiais, anunciou que contava com o apoio da totalidade das guarnições do país para levar adiante sua "posição institucionalista".

A causa do levante, explicou, é que não se pode "permanecer no silêncio diante da situação de desgoverno, de encobrimento do tráfico de drogas, da maneira cínica como se manejam os negócios públicos, da prepotência e o abuso que se está cometendo com o povo em nome das forças armadas".

Lanza complementou dizendo que lutaria "até o fim". E o fim chegou rapidamente quando Banzer e Natush Bush — ambos ex-presidentes, ambos declaradamente fascistas — foram detidos os chefes das guarnições se afastaram do levante de Lanza. Ao confirmar que

o golpe havia sido sufocado, o presidente Garcia Meza disse que a revolta havia sido provocada por "políticos ambiciosos de poder movidos por interesses dos traficantes de drogas". Como se vê, o tráfico de narcóticos é o motivo alegado para derrubar Meza e para explicar o motivo de Lanza. Pode-se crer que, com efeito, de uma e outra parte está em jogo o controle da rede de tráfico de cocaína. Ao

utilizar estes argumentos, os militares demonstram o verdadeiro caráter das forças armadas bolivianas. Cabe agregar que, como informara EM TEMPO, em sua última edição, o chefe do estado maior do exército argentino, general Vaquero, esteve recentemente em La Paz a fim de ordenar o plano para substituir Meza. Banzer está agora exilado em Buenos Aires.

O atual governo se instituiu, em julho do ano

passado, através de um sangrento golpe destinado a evitar que se consumasse o governo democraticamente surgido das eleições. A Central Operária Boliviana e os partidos políticos estão proibidos e seus principais líderes assassinados. Esta é a terceira tentativa de golpe de estado que enfrenta Garcia Meza neste ano.

Entretanto, em Brasília se anunciou a detenção de cinco estrangeiros, capturados em Campo Grande, quando — segundo se informa — transportavam armas e equipamentos para a Bolívia. Logo depois das detenções, a colaboração da polícia brasileira com o exército boliviano, teve como resultado a detenção de 33 guerrilheiros em Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), segundo se informa daquele país. De acordo com informações da Superintendência da Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, se trataria de um "grupo de guerrilheiros mercenários comandados por alemães neo-nazistas".

(Marcelo Zugadi)

Da tragédia nascerá o triunfo

Com a morte de Bobby Sands, deputado representante dos católicos irlandeses e militante do IRA — Exército Republicano Irlandês — a situação do imperialismo britânico ficou mais complicada. Na verdade o governo britânico é profundamente impopular e retrógrado, e está sem perspectivas claras do que fazer para solucionar o impasse.

Por Roberto Grun

Bobby Sands morreu após 66 dias de greve de fome. A primeira medida do governo conservador britânico foi mandar um reforço para as tropas de ocupação. A segunda foi mandar para o Parlamento uma lei que proíbe a candidatura de presos políticos. Qual será a terceira?

Sands foi condenado por porte de arma num país onde existe uma milícia protestante legal que declara publicamente, e mais de uma vez, que o seu objetivo é matar católicos. O IRA (Exército Republicano Irlandês) que representa a minoria católica radicalizada é obviamente proibido. A polícia local é formada em 90% por protestantes e age conjuntamente com a milícia na repressão às regiões católicas — que são em sua maioria bairros pobres de população operária. Os outros militantes do IRA, que continuam a corajosa greve de fome, também são, em sua grande maioria, condenados por porte de arma.

São esses os homens que a primeira ministra Thatcher chama de criminosos, criminosos e criminosos, quando o embaixador do Papa vem pedir-lhe que ceda na questão do estatuto dos prisioneiros. A administradora do império decrépito, que tenta desesperadamente melhorar a situação econômica da burguesia britânica jogando o peso da crise sobre os trabalhadores, aumentando o desemprego, diminuindo os subsídios sociais, diminuindo o imposto dos conglomerados e impondo leis racistas contra a imigração, só encontra parceiros, à altura de seu maniqueísmo moral nos dirigentes sindicais que se recusam a protestar contra a intransigência do governo para com os irlandeses, boicotando uma proposta de greve geral de apoio aos prisioneiros.

Os católicos não são minoria

Estamos assim diante de um quadro bastante claro: militantes políticos presos a partir de acusações viciadas, que tentam ao menos que se reconheça o seu estatuto de presos políticos, porta-vozes de uma maioria submetida à colonização e ao imperialismo britânico, estão travando uma luta extremamente corajosa, com o sacrifício consciente de suas próprias vidas. Seu adversário é um governo profundamente impopular e retrógrado, que inclusive foi fragorosamente derrotado nas eleições municipais desse ano. Sem perspectivas claras do que fazer para solucionar o impasse de sua última grande colônia, mas que quer preservar a sua imagem

de poder e autoridade suprema; sem esquecer o seu sagrado dever de preservar a qualquer preço as propriedades dos "súditos de Sua Majestade" na Ilha de Irlanda, não hesita em desencadear para isso uma onda de repressão que faria inveja aos colonialistas do século passado.

Deve também ficar claro que os católicos não são minoria na Irlanda, ao contrário do que vem sido propagado sistematicamente pela imprensa. As eleições de 1918, que deram fundamento à formação da República da Irlanda deram 70% de votos favoráveis à emancipação em toda a ilha. Mas o que se seguiu foi o estabelecimento arbitrário de uma linha de demarcação que deixava sobre guarda britânica as propriedades da burguesia protestante. Senão como explicar que os distritos de Fermanagh e South Tyrone, pelos quais Sands foi eleito — com uma plataforma de defesa da Independência total da Irlanda e pelo socialismo — continuem sob a tutela britânica?

Reino desunido

A demarcação foi a doação de uma enorme possessão aos protestantes, acompanhada de um "número adequado de servos" para trabalhar a baixo custo. Mas os servos nunca aceitaram isso, como aliás nunca aceitaram a política de anexação da Irlanda ao "Reino Unido" e muito menos a tentativa de colonização feita com os imigrantes protestantes escoceses no século XVII. Nesse momento, em que o outrora invencível Império Britânico não se aguenta mais, e que as lutas anti-imperialistas através do mundo estão em auge, rearticula-se a luta do IRA e do nacionalismo irlandês. Evidentemente que, melhor do que uma independência completa da Irlanda, seria uma federação socialista das duas ilhas. Mas enquanto o proletariado inglês não as une as suas tarefas históricas, enquanto se deixa guiar por uma burocracia que chega a apoiar a ocupação, a luta dos nacionalistas é profundamente progressista, ao contrário do que supõem os analistas que rotulam abusivamente e sem qualquer análise concreta os militantes do IRA como "católicos conservadores".

E o último grande mito a que se aferram os adeptos da ocupação britânica, os imperialistas e os setores por ele colonizados culturalmente, é que, com a saída das tropas britânicas, seguir-se-ia um banho de sangue. Pobre argumento, depois de se ver a onda diária de violência no país, quando o atropelamento de duas crianças manifestantes pelos jipes das tropas de ocupação é considerado "um simples acidente de trânsito".



IRLANDA: Os oprimidos estão acordando

“ Eu nasci em Rathcoole, uma área predominantemente protestante de Belfast. Eu gostava de esportes e ganhei muitas medalhas para os clubes protestantes. Em 1972 a minha família foi intimada a abandonar o seu lar e foi transferida para Twinbrook, nos arredores de Belfast. Logo depois disso eu fui chutado de meu trabalho a tiros.

Rapidamente então, eu aderi ao movimento republicano. Tenho visto tantas casas arrasadas, pais e filhos presos, vizinhos machucados, bombas de gás, tiros e sangue — tudo isso contra o nosso povo. Na verdade, eu era apenas um menino operário de um gueto nacionalista, mas a repressão criou em mim o espírito revolucionário da liberdade. Não descansarei antes que a Irlanda torne-se uma República Independente e Socialista. Nós, o povo se erguendo, devemos transformar a tragédia num triunfo.

Só existe uma saída para o impasse: o reconhecimento da dignidade humana para os homens e mulheres irlandeses que foram aprisionados nesse período da luta histórica pela independência da Irlanda.

Nós não devemos permitir que nos culpem, tampouco nosso povo. Os humilhados, os feridos, os oprimidos, os homens e as mulheres destituídos de tudo estão acordando.”

Bobby Sands

Panorama político mundial

Em cheque o controle

O armamento mundial crescerá durante os 365 dias de 1981 ao ritmo de um milhão de dólares por minuto. A crise econômica provoca profundos transtornos políticos e, para defender sua sobrevivência, o imperialismo se lança no caminho da guerra. Continuando a série destinada a aclarar a crise mundial, analisaremos aqui os aspectos centrais da situação política internacional.

Por Marcelo Zugadi

A defesa ideológica do sistema capitalista baseia-se na afirmação de que é capaz de proporcionar bem-estar, progresso e liberdade para a humanidade. Os dados da crise econômica mundial, estampados no último número de EM TEMPO mostram que, pelo contrário, é o desenvolvimento normal da economia capitalista que faz desembocar na crise, na recessão, no desemprego e na miséria. Mas a crise econômica do capital sempre é solucionável, por mais grave que seja, se os que pagam, ou seja, os trabalhadores, de todo o mundo, não se rebelam e se negam a pagar o preço que o sistema exige para sobreviver: super-exploração, desemprego massivo e guerra.

Se atualmente a situação econômica mundial é gravíssima, isto acontece sobretudo porque o capital não se mostra em condições de impor aos explorados do mundo o pagamento de semelhante preço.

Relação de força em escala mundial

O triunfo do Vietnã em 1975, marca o ponto em que o imperialismo mais poderoso da história mostra a sua incapacidade de continuar sendo o guardião do capitalismo mundial. Quando isso aconteceu, o boom econômico do pós-guerra tinha acabado, dois ciclos recessivos em escala internacional haviam mostrado a fragilidade do "progresso" capitalista e a renúncia entre os centros imperialistas renascia com todo o vigor.

A derrota ianque no Sudoeste asiático, muito mais do que uma derrota militar, foi a mostra da impossibilidade política do imperialismo em utilizar até as últimas consequências todo o seu aparato bélico. A vitória vietnamita, apoiada no heroísmo de um povo inflexível, foi o resultado de uma frente que, de fato, formou-se em todo o mundo contra a barbárie imperialista. E o aspecto mais saliente disso, foi que essa frente estava integrada pelo próprio povo norte-americano, que se opunha à guerra. O que logo depois seria conhecido como a "síndrome do Vietnã", mostrou às claras que o governo americano não poderia mais contar com a apatia, o conformismo e o apoliticismo das massas americanas para levar a cabo as suas empresas militares de guardião mundial. O "american way of life" estava esgotado. Na Europa capitalista e no Japão a situação ficou análoga. E o saldo foi uma viragem das relações de força entre as classes em favor dos trabalhadores e dos povos oprimidos de todo o mundo.

Isso ficou claro rapidamente com o triunfo da luta anti-colonialista e revolucionária em vários países da África, frente a qual o imperialismo se viu impossibilitado de agir e teve de pagar com a perda do controle e da influência em boa parte do continente (Diga-se de passagem que a direção cubana previu a paralisação dos Estados Unidos e com notável audácia aproveitou para debilitar o inimigo: enviou tropas para a África e o imperialis-

mo teve de engolir a afronta sem poder aproveitar a desculpa para mandar para a África ou para Cuba as tropas que tinha retirado do Vietnã).

Enquanto tentava uma recomposição da imagem através da hipócrita "política de defesa dos direitos humanos" aplicada por Carter, o imperialismo teve de assistir imóvel à derrubada de bastiões de seu poder mundial: Irã, Granada, Nicarágua..

Furacão sobre o Caribe

Se o Irã e a Nicarágua representam por si só um imenso golpe para o esquema de poder imperialista, maior ainda e mais perigoso é o impacto dessas revoluções na consciência dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo.

A revolução da minúscula ilha de Granada, por exemplo, provocou uma onda que se estende como um furacão sobre o Caribe. O fato de que os habitantes de Granada sejam de raça negra faz com que uma revolução que por suas dimensões físicas (a ilha tem 110 mil habitantes) não pode ser considerada como ameaça para o imperialismo, converta-se numa bomba de efeito retardado de alcance imprevisível ao ganhar a simpatia e mostrar-se como exemplo para o povo negro dos Estados Unidos.

A crescente sublevação no Caribe manifesta-se principalmente em Porto Rico, colônia ianque que também projeta a sua rebeldia no seio mesmo do monstro imperialista através de milhões de porto-riquenhos que vivem em condições miseráveis nos Estados Unidos.

E se a derrota de Somoza foi um golpe duríssimo para a manutenção do capital imperialista na América Central, muito mais importante é o exemplo que esta revolução significa para toda a América Latina, especialmente os seus vizinhos, todos eles sacudidos hoje por uma maré revolucionária que as burguesias nacionais não conseguem sufocar e pedem a intervenção imperialista.

No continente asiático a situação não é mais tranquilizadora para o imperialismo que na África ou América Latina. Depois de ensaiar e fracassar mil vezes para conter a revolução iraniana, os Estados Unidos sofrem um novo revés ao comprovar que o intento de derrubar Kholmeiny e aplastar as massas iranianas usando e impulsionando o Iraque para a guerra, resultou sem sucesso.

Do Paquistão à Coreia do Sul, do Líbano à Tailândia, o poder imperialista é contestado e o Pentágono — com a histeria que Haig põe de manifesto em suas ações — vê acenderem-se mais e mais luzes vermelhas em seu tabuleiro.

A espada apontada para o coração

O mais significativo dessa situação é que a "síndrome do Vietnã" não só não foi superada mas que está progredindo e começando a adquirir novas formas.

A imprensa americana a mando do imperialismo mostrou a vitória de Reagan

como uma vitória do "velho espírito americano", o espírito do "cowboy" imperialista. Mas isso é uma falsidade completa. A metade da população com direito a voto se absteve. Nos 50% restantes Reagan venceu em cima do fracasso do plano imperialista em lavar a sua face com as mãos do Caim Carter, em cima do fracasso do governo democrata para solucionar os problemas de inflação e desemprego; sobre o fracasso do imperialismo de vingar-se da afronta dos reféns do Irã; em cima do fracasso do imperialismo em manter a sua figura de guardião mundial indiscutível, apesar do aumento de impostos para alimentar a máquina de guerra. Um quarto do eleitorado americano votou nesse ator de terceira categoria, movido pela confusão e pelo desalento. Mas o governo de Reagan não pode transformar em triunfos os fracassos de Carter. Com o que, a perspectiva é o aprofundamento da crise e a ameaça cada vez mais tangível ao sistema bipartidário no qual o império americano baseou a sua estabilidade.

características próprias. Na Europa, depois da rebelião juvenil do fim dos anos 60, a situação pareceu estabilizar-se com um giro à direita. O governo Giscard da França, o triunfo de Thatcher na Inglaterra, a revolução portuguesa sufocada, a abertura espanhola controlada, a crise italiana em situação pantanosa...

O fato de que a intelectualidade pequeno burguesa tenha sido a expressão mais visível da evolução européia dos últimos anos distorceu a visão do verdadeiro caráter dessa evolução. Para os olhos impressionistas da juventude estudantil que em 1968 viu a revolução ao alcance da mão, os acontecimentos posteriores se constituíram em "profundas derrotas" que deixaram como resultado o ceticismo. Os estudantes que, em 1968, converteram o Che no Cristo contemporâneo, hoje renegam a revolução cubana (essa pressão social explica as aberrações de certas seitas que apresentam a direção cubana como sendo o eixo da contrarrevolução na América Latina). Mas, se o ceticismo e a confusão da pequena burguesia ocupa-



Estados Unidos: crescem os protestos contra o alistamento militar

Dois fatos relevantes mostram o verdadeiro curso da sociedade americana: a violenta negativa da juventude ao recrutamento compulsório que Carter tentou realizar no ano passado e a massiva oposição à intervenção americana em El Salvador. Quem compara a fulminante invasão de São Domingos ou a escalada no Sudoeste Asiático com a vacilante, contraditória e discutida política atual sobre a América Central, poderá medir a deterioração, o enfraquecimento do guardião imperialista mundial. O monstro mantém intacto seu fabuloso poderio militar, o maior que já existiu na face da terra, mas vacila em pô-lo em movimento porque a perigosa espada da revolução já não ameaça apenas com feridas leves em algum de seus membros, mas está apontada para o coração.

Sobreviver devorando-se

O Japão e a Europa Ocidental, por sua vez, enquadram-se na crise mundial com

ram a cena durante os últimos 5 ou 6 anos, a erosão política não parou e o proletariado — cuja voz taparia os lamentos da pequena burguesia e as mentidas infames dos partidos reformistas — nem deteve a sua evolução nem cedeu nenhum ponto fundamental ante a ofensiva do inimigo de classe.

Isso se começa a ver agora e se tornará mais claro a curto prazo. Os triunfos conjunturais das forças conservadoras, ao não lograr quebrar a força social nem a dinâmica do proletariado europeu, só conseguiram minar e debilitar os instrumentos que precisamente garantem a estabilidade do capitalismo europeu: os partidos socialistas e comunistas. Sobreviver devorando-se a si mesmo. O triunfo de Mitterrand torna patente esta realidade subjacente em toda a Europa. Sua derrota, por outro lado, não poderia de maneira nenhuma significar uma vitória duradoura para as classes dominantes.

O Japão, que demonstra um maior controle da crise econômica, baseia o seu

imperialista

crescimento sobre uma política cada vez mais agressiva de competição com seus aliados imperialistas, enquanto que os profundos sentimentos antimilitaristas das massas japonesas limitam drasticamente suas possibilidades políticas no plano internacional.

Os Estados operários não escapam da crise política

Com a excessão de Cuba, os Estados operários (que são na realidade formas degeneradas, alheias ao socialismo, nas quais uma burocracia monopoliza o poder político em detrimento das massas) estão sentindo os sintomas de uma revolução política. A Polônia, como EM TEMPO tem mostrado número a número, é o ponto mais alto de uma rebelião que em distintos graus desafia o poder burocrático em toda a Europa Oriental.

As cúpulas soviéticas, postas em cheque pelas revoluções no "terceiro mundo", que impedem-na de manter o "status-quo" internacional, vêm agora o chão abrir-se nos seus próprios pés. Assim como os imperialistas ianques vacilam ante as perigosas consequências de uma invasão da América Central, a burocracia soviética treme ante a necessidade de enviar tropas à Polônia, onde uma eventual invasão degeneraria em guerra civil que teria repercussões no bloco soviético e em todo o mundo.

As lutas intestinais do Partido Comunista Chinês expressas na penosa farsa do "processo do bando dos quatro" põe a nu a profundidade da crise que atravessa o outro centro da burocracia stalinista internacional. As posições cada dia mais direitistas da burocracia chinesa, contrapostas à base econômica e social do Estado operário chinês, garantem que a atual luta de camarilhas reflete movimentos profundos que desembocarão na Revolução Política.

A contraofensiva imperialista

Seria um grande erro concluir deste panorama que o imperialismo está acuada e que o triunfo está ao alcance das mãos. Nada mais falso. Está sendo gestada uma contraofensiva global na Casa Branca desde muito antes da vitória de Reagan. Trata-se de uma contraofensiva militar baseada na criação de forças especiais de intervenção com grande mobilidade. Ao lado da pressão sobre os seus aliados imperialistas para colaborar no plano contra-revolucionário global. Exigindo também que os países dependentes como o Brasil e a Argentina se integrem numa OTAS (Organização de defesa do Atlântico Sul), o imperialismo ianque põe de pé forças próprias de caráter mercenário e com armamento atômico tático para controlar diretamente os pontos estratégicos do planeta: Golfo Pérsico, Oceano Índico, América Central e Caribe.

Essa última zona, a América Central e o Caribe, é por diversas razões a principal preocupação do imperialismo e o primeiro objetivo de seu plano contraofensivo. Entre as suas razões destacam-se duas: 1ª) a revolução, já afirmada e aprofundando-se em Granada e na Nicarágua, que ganha inexoravelmente terreno em El Salvador e

se estende à Guatemala, Honduras, Costa Rica e as ilhas do Caribe, relançando a famosa teoria do dominó que levou à extensão da invasão ianque do Vietnã ao Laos e ao Camboja; 2ª) o eixo desta zona é Cuba, que não só foi e continua sendo um fator decisivo para o triunfo e a extensão da revolução centroamericana, mas que ademais joga um papel não menos decisivo na defesa de Angola, Moçambique e Etiópia contra os ataques das forças pro-imperialistas.

A ameaça da invasão de Cuba, colocada abertamente desde fins de 1979, é hoje o eixo do plano contra-ofensivo imperialista. A direção castrista respondeu com mobilizações permanentes que alcançaram praticamente a totalidade da população da Ilha, com a criação de novas milícias territoriais, afirmando seu apoio à extensão da revolução na América Central e no Caribe, mantendo as suas tropas na África e manobrando politicamente com os chamados "países do Terceiro Mundo".

O início da intervenção direta em El Salvador e as provocações contra a Nicarágua através do exército hondurenho e do treinamento dos mercenários somozistas em Miami, Honduras e na Zona do Canal (Ver ET nº 126) formam parte de um plano de intervenção militar em toda a área da América Central e o Caribe, cujo objetivo principal é Cuba.

Força e debilidade da revolução mundial

A crise econômica e política do mundo imperialista, a violentíssima repercussão dessa crise nos países subdesenvolvidos, a oposição militante das massas à ameaça de holocausto nuclear, os triunfos revolucionários dos últimos cinco anos, a exten-

são e aprofundamento da revolução da América Central, são outros tantos fatores que debilitam o imperialismo e asseguram o curso da revolução mundial. O principal ponto a favor do capital é a relativa estabilidade política dos centros imperialistas.

Essa estabilidade relativa apóia-se na existência de partidos reformistas que enquadram politicamente os trabalhadores e, opondo-se a uma via revolucionária e anti-capitalista, são de fato o principal ponto de apoio das possibilidades da contrarrevolução. Não podemos tratar aqui, por falta de espaço, desse tema crucial que analizaremos num próximo artigo. Por agora basta dizer que esta estabilidade está hoje severamente minada apesar da inexistência de uma direção alternativa do reformismo. Estreitamente ligado a isso, está o papel jogado pelas burocracias dos Estados operários que, ao defender o "status-quo" internacional como base de sua própria sobrevivência, cumprem no plano político um papel contra-revolucionário ainda que a existência objetiva dos Estados operários seja ao mesmo tempo uma barreira à contrarrevolução.

A crise econômica por si só, dizíamos, no começo dessa matéria, não derrubará o capitalismo. Mas é um fator decisivo para que as massas reajam e construam as suas próprias organizações e formem as direções revolucionárias que a situação reclama. A persistência da crise, com os seus horrores, por outro lado, desmente os que defenderam a possibilidade de uma transição gradual e pacífica ao socialismo ou uma humanização do capitalismo, e ameaça os dirigentes traidores que se apóiam nessas falsidades para manter os seus privilégios.



Washington: manifestação contra a intervenção militar dos Estados Unidos em El Salvador

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Arte: Sérgio Papi e Paulo Roberto Borges

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S. A. - R. Francisco Leitão, 57, Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680;

Impressão: Cia. Editora Joruês - R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

AMÉRICA
LATINA

EL SALVADOR Seis oficiais das Forças Armadas foram detidos na investigação do assassinato de quatro religiosos norte-americanos em dezembro do ano passado. Entretanto, o bispo de El Salvador — monsenhor Arturo Rivera Damas, sucessor do monsenhor Oscar Arnulfo — em declaração a um enviado especial do diário Clarín, de Buenos Aires, afirmava que "o nosso não é um conflito doméstico, pelo contrário, é internacional, sendo assim vejo que não pode faltar a intervenção dos Estados Unidos..." O jornalista insiste na pergunta: "Por cima dos salvadorenhos?" e o bispo responde: "Claro que sim (...) a internacionalização do fato torna inevitável a atitude dos Estados Unidos".

EEUU: Cerca de 80 mil manifestantes se reuniram no dia 3 de maio, em Washington para protestar contra a intervenção em El Salvador. Foi a maior concentração anti-guerra desde os dias da guerra do Vietnã. Entretanto, o mais notável é que esta manifestação se dá quando os imperialistas ainda não concentraram uma escalada massiva de tropas na América Central. As consignas foram: "Não ao alistamento militar, não à guerra; fora USA de El Salvador e Dinheiro para aumentar os empregos, não para a guerra". Se escutou também cantos em espanhol, indicando a participação de forte minoria de língua espanhola, na mobilização em frente ao Pentágono. A deputada Bella Abzug, líder da mobilização anti guerra contra o Vietnã, ressaltou: "Se temos aprendido algo do Viet Nam, devemos parar a guerra antes do seu início".

CHILE: Quando a greve dos mineiros de El Teniente entra na sua terceira semana, cerca de dez operários foram presos ao dirigirem uma mobilização de apoio as suas reivindicações.

ARGENTINA: Perto de 3 mil pessoas se reuniram em frente à casa do governo respondendo ao chamado das "Mães da Praça de Maio" que comemoravam assim o quarto aniversário de sua luta pelo aparecimento dos presos políticos desaparecidos. O governo, que havia proibido a manifestação recuou e teve que permití-la; não se registrou nenhuma prisão. No mundo todo a ação foi apoiada através de concentrações e pronunciamentos das forças democráticas. Entretanto, a crise política do governo chega ao ponto de que, há um mês de ter assumido o cargo, já se teve que desmentir os rumores de renúncia de Viola (atual presidente argentino). Segundo fontes da Casa Rosada, Viola ameaçou com a renúncia ante as barreiras que a junta militar coloca aos seus esforços para conter a crise econômica e política através de concessões a oposição.

PARAGUAI: Alfredo Stroessner, um dos mais sinistros ditadores da América Latina que governa há trinta anos, está gravemente doente. O partido Colorado e as Forças Armadas se encontram em dificuldades para descobrir um sucessor.



Mitterrand, agora no governo

Socialistas no governo

Mitterrand, candidato do Partido Socialista venceu as eleições presidenciais francesas com 52% dos votos. Foram quase 13 milhões de eleitores que disseram não a Giscard, jogando-o para o lixo da história.

Por Wagner Cardoso

“A minha vitória nada mais é do que a vitória dos jovens, dos trabalhadores e de todos aqueles que aspiram profundas mudanças sociais, neste país”.

É dessa maneira que François Mitterrand, o mais novo presidente da França, abriu seu discurso através da cadeia de televisão francesa, alguns poucos minutos após a apuração dos resultados eleitorais.

E com Mitterrand, toda uma grande parte da população francesa saiu às ruas para comemorar essa tão suada vitória, já tentada por ele mesmo em três vezes anteriores. E antes de mais nada, ansiada pela maioria do povo que já não mais suportava o governo pestilento de Giscard-Barre.

Eram mais de 60.000 pessoas que tomavam a Praça da Bastilha, lá pelas 20 horas. Esse símbolo da revolução burguesa, tornou-se a sede “a céu aberto” do novo governo, durante algumas horas. A festa era geral. Todos os partidos de esquerda, saíram com suas bandeiras e gritavam palavras de ordem: a França pegou fogo. Abre-se um novo período para a França. Uma batalha estava ganha: a França popular sobrepunha-se à “França profunda”.

O começo da vitória: 27 de abril

Logo no dia seguinte do 1º turno, sentiu-se que a direita poderia perder. Muito mais que os méritos “unitários” da esquerda, foram as declarações evasivas de J. Chirac, o prefeito de Paris e líder do RPR, quanto à sua consigna de voto em favor de Giscard, a título puramente “pessoal”. Pode-se localizar aí o primeiro degrau da curta escada de descenso giscardiana. Duas semanas bastaram para fazer ruir seu império.

Para Chirac não havia outra saída, frente a seu eleitorado ele não podia dissipar de um dia para o outro todos os sete anos

marginalização a que ele e seu partido foram postos. Período durante o qual ele foi obrigado a rearticular sua formação semifalida, sobretudo após a morte de Pompidou em 74. E depois de vencer essa primeira etapa, conseguindo eleger-se prefeito da hoje elitista capital parisiense, não podia “passar um cheque em branco” ao então presidente. Mesmo sua tentativa, cinco dias antes do 2º turno, em posicionar-se claramente em favor de Giscard, não conseguiria esconder a “desaprovação” de seus eleitores. Restava saber quantos iriam abster-se, aí estaria um dos obstáculos de Giscard.

Baixa taxa de abstenção

Mesmo sendo maior do que 1974 (12%), a grande afluência às urnas, nesta etapa decisiva, foi um outro fator importante da derrota do “candidato-presidente”. Dos 36,5 milhões de eleitores, 86,5% compareceram afim de definir a situação.

Seguramente essa baixa da taxa de abstenção de 18% no 1º turno, para 14% no segundo, ajudou em muito o candidato socialista. Face à divisão da esquerda, uma boa parte do eleitorado não foi às urnas na primeira etapa, para desaprovarem as polêmicas divisionistas que se eternizavam. Mas na hora H, eles lá estavam. Basta ver o avanço dos votos de esquerda, que de 47% passaram a 52%, enquanto houve uma deterioração no eleitorado da direita, pois de 49%, eles baixaram para 48%. É claro que, o “voto verde”, tradicionalmente à esquerda também pesou na balança.

Outro fator foi a fidelidade dos votos comunistas, que apesar da divisão de suas direções resolveu optar pelo candidato do PS, votando massivamente.

As centrais sindicais continuaram por sua vez, suas políticas sectárias e seguidistas: a CFDT

fechando com Mitterrand, e a CGT com Marchais.

Queda espetacular do PCF

Com os 15,35% de votos obtidos — o menor índice, desde 1936 —, George Marchais viu sua política ser categoricamente rejeitada em quase todas as regiões da França. Começando pelos chamados “cinturões vermelhos” — feudos comunistas, situados em setores altamente industrializados — em torno de Paris, que só na região de Seine St. Denis, infringiu uma perda de 10,69 pontos. Ou então, na região de Bouche-du-Rhône, onde houve também uma baixa de 6 pontos. Da mesma maneira, esse “fenômeno” se repetiu em regiões onde, ultimamente, o PC vinha progredindo, como no Midi-Pyrénées ou o Languedoc-Roussillon. Essas últimas compostas de pequenos e médios camponeses.

Essa perda substancial de votos — e conseqüentemente, uma relativa perda de influência junto aos trabalhadores —, foi fruto única e exclusivamente da política oportunista, sectária, e agora racista, implementada já há alguns anos pela direção do PCF.

E depois da vitória?

O candidato socialista venceu, já é uma etapa importante. Sobre tudo por que sabemos serem seus votos realmente emanados das camadas mais exploradas, “as que aspiravam à mudanças”. Apesar de seu programa reformista (ver Box), esta, consiste certamente, uma grande oportunidade para o movimento popular e operário francês. Não é a primeira vez que um governo socialista chega ao poder através de eleições — já houve a “Frente Popular” em 1936; como também já houve outros governos em que os socialistas e os comunistas participaram, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial. Por isso mesmo, todas as atenções estão

sendo monopolizadas para os próximos passos de Mitterrand.

Uma segunda etapa será cumprida dentro de 45 dias, com a dissolução do Parlamento — através de prerrogativas constitucionais (Constituição gaullista de 1958) — e eleições gerais legislativas. Com isso a Vª República, a do De Gaulle, estará morta. E daí? Mitterrand com maioria parlamentar poderá dar início às suas prometidas reformas, satisfazendo os anseios populares.

Resta saber com quem o futu-

ro presidente francês irá compor alianças. As aspirações populares, de há muito pendem por um governo PC-PS, único capaz de começar a implementação de tais reformas.

O futuro programa de governo como a coalizão que irá colocá-lo em prática são as questões decisivas, face às quais Mitterrand não pode vacilar. O exemplo chileno ainda continua vivo em nossas memórias, provando que se os trabalhadores não avançam, a burguesia não deixará por menos.

Que farão os socialistas

Giscard deixará, sem dúvida, uma triste herança para o futuro governo: o que fazer com a calamitosa “austeridade” e com a sucessão de escândalos das “pedras preciosas”?

E não será fácil. O déficit é elevado: aumento do desemprego em 400% — em seis anos; manutenção ou mesmo redução do salário real; a triplicação do aumento do custo de vida (13,7% quando a média dos anos 60 foi de 4%); inflação de 15% em 1980, e um aumento salarial de só 14%; incrementação dos empregos a tempo reduzido; o privilegiamento do “desemprego parcial”, ao invés das dispensas massivas; a instauração do desemprego econômico (depois eliminado), onde os empregados recebiam 90% dos salários durante um ano; e atualmente a redução da jornada de trabalho, com redução de salários.

Além disso, o aumento de 40% do número de falências, em um ano, das pequenas e médias empresas, o déficit crescente da Balança de Pagamentos.

“Manifesto socialista”

Frente a esse caos capitalista, o que propõe Mitterrand?

O “Manifesto Socialista”, adotado em 24 de janeiro de 1981, pelo Congresso do PS, enumera uma série de medidas. Por exemplo, quanto ao **desemprego**, propõe uma retomada seletiva da economia a partir da elevação das baixas rendas; a implementação de um programa de investimentos públicos e privados, principalmente no setor da construção civil e obras públicas; a criação de 210 mil empregos, cujo custo representará a quinta parte dos gastos consagrados à indenização dos desempregados; a redução progressiva para 35 horas, da jornada semanal de trabalho.

Quanto às **nacionalizações**, o “Manifesto” diz: “O setor público será ampliado pela nacionalização de nove grupos industriais — previstos já no “Programa Comum” —, da siderurgia, da indústria armamentista e de aviação, financiada com fundos públicos; a nacionalização do conjunto dos bancos (80% já pertencem ao Estado) e das companhias seguradoras.”

Com respeito à **política internacional**, Mitterrand reserva-se à sua posição já clássica de apoiar a Aliança Atlântica, face ao “hegemonismo soviético”...